

Gisela Maria Rezende de Souza

**IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO EM
COMUNIDADES INSULARES:**

**UM ESTUDO DE CASO NO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE
NORONHA - PE**

**Belo Horizonte
Centro Universitário UNA
Dezembro/ 2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Gisela Maria Rezende de Souza

**IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO EM
COMUNIDADES INSULARES:**

**UM ESTUDO DE CASO NO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE
NORONHA - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Turismo e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Nelson Antônio Quadros Vieira Filho

**Belo Horizonte
Centro Universitário UNA
Dezembro/ 2007**

S729i

SOUZA, Gisela Maria Rezende de
Impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares: um
Estudo de caso no arquipélago de Fernando de Noronha-PE / Gisela
Maria Rezende de Souza. – Belo Horizonte. 2007.
106f.

Orientador: Nelson Antônio Quadros Vieira Filho
Dissertação (mestrado) – Centro Universitário UNA, Programa de
Mestrado em Turismo e Meio Ambiente.
Bibliografia: f. 100 -104

1. Turismo 2. Impactos socioculturais 3. Fernando de Noronha / PE
I. Vieira Filho, Nelson Antônio Quadros. II. Centro Universitário UNA.
Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. III. Título

CDU : 379.85



**CENTRO UNIVERSITARIO UNA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Dissertação intitulada “Impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares: um estudo de caso no arquipélago de Fernando de Noronha - PE”, de autoria da mestranda Gisela Maria Rezende de Souza, aprovado pela Comissão Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Nelson Antônio Quadros Vieira Filho – UNA – Orientador

Profa. Dra. Janine Gisele Le Sann – UNA – Examinadora Interna

Profa. Dra. Sandra de Fátima Pereira Tosta – PUC/MG – Examinadora Externa

Belo Horizonte
Dezembro/2007

A

Antônio de Souza, meu pai-herói.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo amor e apoio incondicionais em todas as minhas escolhas.

A família Rezende Epaminondas, fundamental na concretização desse projeto.

A todos os professores que iluminaram este trabalho.

Aos amigos, pela dedicação, informações, livros e materiais emprestados.

A Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, pelo generoso apoio.

E a comunidade noronhense, que me ajudou a entender o viver insular.

RESUMO

Este trabalho estuda os impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares e tem como estudo de caso o Arquipélago de Fernando de Noronha, Distrito Estadual de Pernambuco. Aborda a comunidade local, analisando as transformações ocorridas nos últimos 20 anos no espaço insular, com o desenvolvimento da atividade turística. A pesquisa realizada procurou explorar a percepção da comunidade em relação ao turismo e o contato entre ilhéus e turistas. A metodologia desenvolvida nesse estudo utilizou técnicas de pesquisa de campo para a análise dos impactos, utilizando-se de observações diretas, aplicação de questionários e entrevistas a antigos moradores, que estão entre os que têm legitimidade em seu pertencimento à categoria de ilhéus. Além das transformações e conflitos gerados pelo aumento da atividade turística, percebe-se que há uma forte disputa entre os principais segmentos, em função de uma lógica do lucro que veladamente domina a comunidade, o que ocasiona muitos impactos no espaço insular. Os impactos socioculturais do turismo em Noronha são caracterizados por um forte paradoxo. De um lado, o turismo apresenta novas oportunidades de trabalho e renda, e atua como agente de fortalecimento da identidade local, ao garantir a continuidade e a manutenção das tradições da comunidade, ao mesmo tempo gera importantes custos sociais. Entre os quais, destacam-se a ameaça ao estilo de vida e aos hábitos tradicionais da comunidade, e a transformação da identidade local, apontados como fatores modificadores de sua estrutura sociocultural. O turismo tem desencadeado importantes transformações na organização de espaços sociais, mas outros fatores devem ser levados em consideração em sociedades cada vez mais informatizadas e mercantilizadas, independentemente do isolamento geográfico. O debate sobre os impactos gerados pelo turismo em Fernando de Noronha se mostra importante para a compreensão da complexidade da inter-relação entre moradores antigos, novos moradores e turistas, e suas implicações na estrutura social da ilha, uma vez que sua expansão está relacionada às recentes transformações ocorridas na comunidade. Em um mundo cada vez mais globalizado, torna-se complexo diferenciar os impactos reais do turismo que ocorrem em contextos socioculturais extremamente dinâmicos.

Palavras-chave: Fernando de Noronha, impactos socioculturais, turismo.

ABSTRACT

This work studies the sociocultural impacts of tourism in islander communities through the case study of the archipelago of Fernando de Noronha, in the state of Pernambuco. It examines the transformations in the local community brought about by the development of tourism on the island over the last 20 years. The research aimed to explore community perception of tourist activity and contact between islanders and tourists. Field research techniques analyzed these impacts of tourism using direct observations, questionnaires and interviews of legitimate longtime island residents. In addition to the transformations and conflicts caused by the increase in island tourism, the study revealed a strong dispute between the principal parties involved, expressed as differing views on a “logic of profit.” There is a strong paradox within the sociocultural impacts of tourism in Noronha. On one hand, the tourism industry provides additional opportunities of employment and income for locals, and acts as a “fortifying agent” of local identity. However, while helping to guarantee the continuity and maintenance of the community’s traditions, tourism can also generate significant social costs, such as the threat of detachment from the traditional style of life and habits of the community and subsequent transformation of local identity, potentially modifying sociocultural structure. Island tourism also effects important transformations in the organization of social spaces, but other factors must be taken in consideration when speaking of societies ever-expanding in their technological and market capacity, independent of geographic isolation. The debate about the the impacts generated by tourism in Fernando de Noronha is important to understand the complexity of the relationships between the longtime residents, newer residents and tourists to the island, and their implications in the island’s social structure during a time that its expansion is related to the recent transformations in the community. However, in an increasingly globalized world, it becomes all the while more difficult to differentiate between the real impacts of tourism that occur within already extremely dynamic sociocultural contexts.

Key-words: Fernando de Noronha, sociocultural impacts, tourism.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADEFN -	Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha
APA -	Área de Proteção Ambiental
CELPE -	Companhia Energética de Pernambuco
COMAR -	Comando da Aeronáutica
COMPESA -	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONAMA -	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRH -	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
DEFN -	Distrito Estadual de Fernando de Noronha
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMFA -	Estado Maior das Forças Armadas
FAB -	Força Aérea Brasileira
FUNATURA -	Fundação Pró-Natureza
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBDF -	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MINTER -	Ministério do Interior
OMT -	Organização Mundial do Turismo
PARNAMAR -	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha
SEMA -	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPHAN -	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TPA -	Taxa de Preservação Ambiental
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista Aérea do Arquipélago de Fernando de Noronha	20
Figura 2 - Baía do Sancho	20
Figura 3 - Vista do Forte dos Remédios	21
Figura 4 - Turista no mirante da Baía dos Porcos	21
Figura 5 - Mapa da Ilha de Fernando de Noronha	37
Figura 6 - Mapa das Unidades de Conservação de Fernando de Noronha	66
Figura 7 - Atobá	67
Figura 8 - Projeto TAMAR	67
Figura 9 - Pescador com tarrafa	68
Figura 10 - Barco de pesca.....	68
Figura 11 - Procissão da Festa de São Pedro	92
Figura 12 - Morador antigo	92
Figura 13 - Jovens ilhéus	93
Figura 14 - Maracatu Nação Noronha	93
Figura 15 - Pescaria	98
Figura 16 - Crianças na Cacimba do Padre	98
Figura 17 - Surfista nativo	99
Figura 18 - Por-do-sol no Porto Santo Antônio	99
Gráfico 1 - Fluxo de turistas em Fernando de Noronha de 1991 a 2006.....	56
Gráfico 2 - Fluxo de turistas em Fernando de Noronha (nacionalidade)	57
Gráfico 3 – Estado civil	76
Gráfico 4 - Faixa etária	76
Gráfico 5 - Naturalidade	77
Gráfico 6 - Tempo de residência	77
Gráfico 7 - Local de moradia	77
Gráfico 8 - Grau de instrução	78
Gráfico 9 - Principais atividades	78
Gráfico 10 - Faixa de renda individual	79
Gráfico 11 - Opinião sobre o turismo	79
Gráfico 12 - Atendimento aos turistas	80
Gráfico 13 - Freqüência do contato com os turistas	80
Gráfico 14 - Tipo de contato com os turistas	81
Gráfico 15 - Atuação do IBAMA	82
Gráfico 16 - Sugestão para o turismo local	82

LISTA DE TABELAS

1 Fluxo de turistas em Fernando de Noronha de 1991 a 2006.....	56
2 Fluxo de turistas em Fernando de Noronha (nacionalidade)	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos	15
1.2 Metodologia	16
1.2.1 Procedimentos para a coleta de dados	17
1.2.2 Entrevistas	18
2. MARCO TEÓRICO	22
2.1 Territórios insulares	22
2.2 A comunidade e suas memórias	27
2.3 Impactos socioculturais do turismo	31
3. O ARQUIPÉLAGO	38
3.1 Aspectos geográficos	38
3.1.1 Aspectos físicos.....	38
3.1.2 Aspectos socioeconômicos	39
3.1.3 Infra-estrutura e serviços	40
3.2 Aspectos históricos	42
3.2.1 As ocupações estrangeiras	44
3.2.2 A ilha dos degredados	46
3.2.3 No tempo dos militares	49
3.3 Aspectos turísticos	52
3.3.1 Atrativos	57
3.4 Unidades de conservação.....	60
4. IMPACTOS DO TURISMO EM FERNANDO DE NORONHA	69
4.1 Haoles e turistas	69
4.2 Ilhéus: perfil e percepção do turismo	73
4.2.1 Perfil do morador permanente	75
4.2.2 Percepção do turismo	79
4.3 Impactos diretos e indiretos do turismo na comunidade noronhense.....	83
5. CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE	105

1. INTRODUÇÃO

O caráter exploratório deste estudo envolve certa complexidade interdisciplinar, ao abordar uma temática ligada à Antropologia, Geografia, História, Sociologia e Turismo, analisando a relação simbólica entre homens e sua relação com a natureza.

A relevância do tema escolhido se apresenta na bibliografia do turismo, levando-se em consideração o reduzido número de pesquisas sobre as comunidades insulares brasileiras.

A proposta que se apresenta é uma análise dos impactos socioculturais provocados pelo turismo no arquipélago de Fernando de Noronha, por meio da percepção de sua comunidade, analisando as transformações ocorridas em seu espaço com o desenvolvimento da atividade turística nos últimos 20 anos, após o encerramento do governo militar. A pesquisa realizada procurou explorar a interação da comunidade local com os turistas e os impactos decorrentes deste contato.

A maior ilha do arquipélago tem uma área de 17 km² e conforme o último censo, possui uma população de 3.456 habitantes, sendo 2.356 moradores permanentes, como são chamados os habitantes portadores de autorização para residirem na ilha e 1.100 moradores temporários (FIG. 1).

A história da ilha é marcada por períodos determinantes, que compreendem as relações entre o poder político, a ilha e sua comunidade. Para Teixeira (2003, p. 118), "o tempo é a matriz básica para o entendimento da singularidade e complexidade da organização sociocultural do arquipélago."

O início da trajetória de sua ocupação é marcado pela negligência e pela exploração, heranças da colonização brasileira, e culmina com o período da tutela militar, em que as prioridades dos governantes e da política geraram uma exclusão comunitária caracterizada por autoritarismo e paternalismo.

Todo o processo contemporâneo de ocupação humana e territorial do arquipélago foi regido pelos governantes militares, que administravam todos os serviços públicos e infra-estruturais. A administração insular se apresentava como provedora de condições materiais e assistenciais.

A tutela oferecida pelos militares permite compreender a dependência dos migrantes recém chegados à ilha, que buscavam uma condição de vida melhor do que a oferecida por seus locais de origem, já que muitos vieram do sertão nordestino.

Os antigos moradores de Noronha se submeteram ao domínio militar, tendo como símbolo de sua identidade o valor disciplina, imposto pelas condições de trabalho e moradia, diretamente vinculados à hierarquia militar e à obediência de normas estabelecidas. Essa imobilidade social revelava as condições distintas de inserção na comunidade de todos os moradores, e das relações entre civis e militares.

O traço predominante no modo de vida insular era seu caráter comunitário, visivelmente controlado e marcado por códigos de comportamento que solidificaram as tradições e a imobilidade social.

Após o encerramento das relações hierarquizadas de dominação, ocorreram mudanças administrativas e rupturas radicais, a comunidade se encontrou livre da tutela militar que havia forjado sua identidade insular.

No final da década de 80, a ilha tem seu destino definitivamente mudado com a criação de duas unidades de conservação da natureza: a Área de Proteção Ambiental - APA e o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha - PARNAMAR; e a consequente exploração do turismo.

Com a transição do governo militar para o governo civil e a constituição das unidades de conservação, há uma abertura maior para o turismo na ilha, que vai se consolidando rapidamente, e em pouco tempo se torna um destino conhecido em todo o Brasil por seus atrativos naturais e grande beleza cênica.

Atualmente, o turismo é a principal atividade econômica da ilha que é considerada um dos melhores pontos para a prática do ecoturismo no Brasil, embora muitos fatores ainda limitem a exploração da atividade, como a distância do continente, a cobrança da taxa de preservação ambiental, o alto preço das tarifas praticadas pelas companhias aéreas que servem a localidade e a pouca infra-estrutura de serviços.

Além desses fatores, existem as restrições impostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA, com sede na ilha, que atua na fiscalização e na conservação ambiental de todo o arquipélago, por meio de ações para mitigar o impacto da ocupação humana.

Nos últimos anos, as relações entre o poder político e a comunidade têm se transformado, passando por uma fase de reconstrução e redefinição, fundamental para que o desenvolvimento local não seja baseado em um modelo de exploração desenfreada do turismo à custa de lucros imediatos em detrimento da valorização de seu patrimônio natural e cultural.

O turismo é o maior gerador de renda e emprego de Noronha, proporcionando benefícios econômicos à comunidade, mas paradoxalmente traz uma série de impactos socioculturais como a transformação da identidade local. Esta transformação, em parte, relaciona-se ao aumento do fluxo de turistas e ao crescimento populacional de moradores temporários, que modificam o espaço físico e o uso do solo urbano, produzindo uma nova ordem espacial.

Para Coriolano (2005, p. 301), "o turismo provoca profunda mudança sócio-espacial, redefine as singularidades espaciais, além de reorientar os usos."

A intensificação do fluxo turístico na ilha gera novos postos de trabalho, que são abertos para pessoas que vêm do continente e se tornam moradores temporários, o que agrava o crescimento populacional e a pressão sobre a ocupação do solo. Como conseqüência, percebe-se uma significativa mudança no modo de vida local e nas relações entre moradores permanentes, moradores temporários e turistas. Surge um conflito de saberes e comportamentos, e uma conseqüente ruptura com o padrão de vida anterior.

Este confronto sutil gera relações complexas, nas quais os atores se relacionam em um espaço de interação, proporcionando diversos contatos e experiências interculturais. É comum notar nos moradores mais antigos um saudosismo em relação ao tempo em que "a ilha era mais ilha", para muitos, um tempo melhor, porque o lugar era mais tranqüilo e solidário, e não entrava tanta gente "de fora".

Além das mudanças e conflitos gerados pelo aumento da atividade turística, percebe-se que há uma forte disputa entre os principais segmentos ligados ao turismo, em função de uma lógica do lucro que veladamente domina a comunidade, o que ocasiona muitos impactos no espaço insular.

Para Moraes (2002, p. 101), "a lógica do capitalismo em termos espaciais, tem a exaustão como meta; o capitalismo busca submeter todos os lugares a sua lógica, destruindo ou incorporando e sempre modificando os gêneros de vida que preexistem à sua entrada."

A atividade turística tem desencadeado importantes transformações na organização de espaços sociais. Em Fernando de Noronha, a exploração do turismo possui características semelhantes a outras localidades estudadas por alguns autores, que são atrativos paradisíacos, possuem o status de unidade de conservação, e principalmente, o inegável apelo ecológico, como as Ilhas do litoral paulista (FURLAN, 1997), Ilhabela (CALVENTE, 1997), Ilha do Mel (TOMAZ, 1997), e Ilha Grande (PRADO, 2003).

Em todas as comunidades insulares pesquisadas, segundo Prado (2003, p. 211), "a mudança no modo de vida local se refere aos padrões culturais locais atravessados por uma nova lógica econômica, marcada pela introdução do turismo, que tem uma forte repercussão local."

A investigação das "tensões" existentes, como consequência das pressões a que a ilha é submetida em seu ambiente sociocultural é fundamental para o entendimento de sua comunidade.

Entender os processos psicossociais desencadeados pelo fenômeno turístico, as expectativas, desejos, satisfações e frustrações das populações anfitriãs e dos turistas, as motivações para agir de uma ou outra maneira, a busca para além da simples viagem, a dinâmica cultural em que o turismo está inserido, a diversidade de interesses e necessidades sociais que o turismo afeta, enfim, seus dilemas e paradoxos seria uma enorme contribuição das ciências sociais para o planejamento equilibrado de um turismo responsável (BARRETO, 2003).

Atualmente, a compreensão do turismo passa pelos conceitos de globalização, de internacionalização da economia, dos meios de comunicação e da modernidade, e ao mesmo tempo compreende a dinâmica da diferenciação cultural e valorização da identidade local. Coriolano (1998, p. 16) afirma que "o turismo emerge como uma oportunidade de valorização do homem e com a dimensão da globalidade."

Ainda segundo Coriolano (1998, p. 17), "a dualidade global-local vem sendo o centro do debate das ciências sociais e permeia a atividade turística. A fragmentação torna-se, às vezes, mais social que espacial e essa segregação social encontra-se também no turismo."

O contato amigável entre turistas e moradores, na maioria dos casos, ocorre de forma superficial, sem delinear as diferenças sociais e espaciais. Para Lima (1998, p. 09), "Noronha foi, e ainda é, um espaço mapeado pelo processo sutil de segregação". Ainda segundo a autora, "a geografia da ilha é invisível ao primeiro olhar, e o seu traçado apenas é conhecido para quem se torna parte integrante do espaço insular."

O desafio deste trabalho passa pela dificuldade em identificar os impactos socioculturais provocados pelo turismo, que são intangíveis e não necessariamente negativos, podendo ter uma conotação positiva para a comunidade. Além disso, os impactos ocorridos devem ser analisados e relativizados, porque existem muitas variantes responsáveis pela transformação da comunidade.

O turismo seguramente é um grande agente de mudança, mas outros fatores devem ser levados em consideração em sociedades cada vez mais globalizadas e mercantilizadas, independentemente do isolamento geográfico.

1.1 Objetivos

O trabalho tem como objetivo geral a análise dos impactos e das transformações socioculturais em comunidades insulares, relacionados à atividade turística, por meio da percepção de seus moradores. Além do objetivo principal, o estudo de caso sobre Fernando de Noronha, tem como objetivos específicos:

- Resgatar os aspectos históricos marcantes no desenvolvimento do turismo e na constituição da estrutura social da comunidade noronhense;
- Caracterizar a evolução do turismo e as principais transformações ocorridas na ilha nos últimos anos;
- Relacionar a importância da conservação ambiental como fator transformador na comunidade e enquanto produto central do turismo na ilha;
- Avaliar a percepção dos impactos ocorridos na sociedade de Fernando de Noronha por seus moradores, e suas experiências com o turismo.

1.2 Metodologia

Este estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa, mais apropriada para um melhor entendimento de questões sociais, justificada pelo contato direto entre o pesquisador e o objeto de estudo e pela exposição da percepção dos informantes.

A pesquisa metodológica se baseou no critério de classificação proposto por Vergara (2003): quanto aos fins, pode se considerar uma pesquisa exploratória pelo pouco conhecimento acumulado sobre o tema em estudo, e também descritiva, ao expor os perfis e percepções dos atores envolvidos na comunidade. Quanto aos meios, foram utilizadas a pesquisa documental e a bibliográfica para a fundamentação teórica, aliadas à pesquisa em campo para obtenção de conhecimento e informações acerca do tema, e o instrumento de estudo de caso para investigar a localidade e sua comunidade.

Em uma primeira etapa do trabalho de pesquisa, foi feita a revisão da literatura sobre os territórios insulares, as comunidades e suas memórias, e os impactos socioculturais do turismo na comunidade, para avaliar e confrontar correntes e opiniões diversas e detectar lacunas relacionadas ao tema. A complementação da pesquisa foi feita em documentos institucionais como os planos de manejo das unidades de conservação e a legislação distrital, bem como o estudo sobre o perfil e o fluxo de turistas da ilha.

A segunda etapa foi a realização da pesquisa em campo. A metodologia desenvolvida nesse estudo utilizou algumas técnicas de pesquisa para os estudos de percepção dos impactos socioculturais, a partir de três abordagens: observar, interrogar, e escutar; utilizando-se de observações diretas, aplicação de questionários e entrevistas.

A observação direta do contexto da pesquisa possibilitou a elaboração e a aplicação de um questionário semi-estruturado, contemplando 225 moradores permanentes da ilha (Ver Apêndice). As informações coletadas foram tabuladas, analisadas e comparadas e os dados quantitativos foram analisados estatisticamente. Após a aplicação dos questionários, cinco moradores foram escolhidos para as entrevistas em profundidade, alternativa escolhida enquanto metodologia de trabalho científico para escutar a comunidade, fazendo uma análise discursiva de seu contexto social.

1.2.1 Procedimentos para a coleta de dados

A delimitação do universo da pesquisa se limitou aos moradores permanentes, como são considerados os habitantes portadores de autorização para residirem na ilha. Esta categoria é explicitada no capítulo quatro deste trabalho.

A especificação da amostra foi feita de acordo com dados fornecidos pelo Controle Migratório da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha - ADEFN, existem cerca de 3.500 habitantes em Fernando de Noronha, dos quais 2.356 são moradores permanentes. Baseando-se nesse último número, definiu-se como amostra 225 pessoas, equivalendo a aproximadamente 10% do universo e garantindo uma margem de confiança de 95% nos resultados.

Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória, conforme disponibilidade e concordância com a entrevista. Os questionários foram aplicados nas principais vilas da ilha, nas residências dos entrevistados, durante os meses de abril e maio de 2007. Foram selecionados moradores permanentes, acima de 18 anos de idade.

Após a aplicação dos questionários, foram selecionados cinco moradores antigos, para a realização das entrevistas em profundidade, que aconteceram nas residências dos entrevistados.

A seleção do instrumento de coleta de dados ocorreu por meio de questionários semi-estruturados, compostos de perguntas abertas e fechadas. Um pré-teste foi aplicado, para estabelecer o modelo definitivo dos formulários de entrevista.

A tabulação das questões fechadas ocorreu em função da frequência relativa, em que foram estabelecidas tabelas de porcentagem. As questões abertas passaram por uma análise na qual as respostas foram categorizadas, sendo utilizado o mesmo procedimento nas questões fechadas.

Para efetuar a análise dos dados quantitativos, as respostas foram agrupadas em categorias, e classificadas de acordo com critérios previamente estabelecidos no roteiro de trabalho, utilizando a estatística descritiva para a análise dos dados. Os dados qualitativos foram avaliados pela interpretação contextualizada das falas dos entrevistados, em que os elementos obtidos foram classificados e agrupados por temas, além da observação direta.

1.2.2 Entrevistas

Em uma segunda etapa do trabalho, foram feitas entrevistas com cinco moradores permanentes, que representam perspectivas relevantes entre aqueles que vivem e participam do processo de transformação que vem ocorrendo nos últimos anos na comunidade local e que contribuíram com o trabalho através de seus depoimentos.

Os entrevistados foram informados a respeito do propósito e da relevância do trabalho e permitiram a gravação de seus depoimentos. Para preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes não são citados no trabalho.

As entrevistas tiveram, em média, duas horas de duração e foram gravadas em fitas. Após o registro dos depoimentos, as falas foram transcritas na íntegra e posteriormente foram selecionados trechos relacionados aos objetivos propostos pelo estudo.

As entrevistas privilegiaram um grupo de idosos, moradores permanentes, que em suas narrativas, reconstroem o passado, reordenando e reatualizando as referências da identidade insular, reafirmando os valores e as práticas coletivas e individuais. A partir da memória social, a comunidade insular resgata, no presente, as referências simbólicas de seu passado.

O trabalho com os moradores antigos possibilita a concretização da memória, e é principalmente através das falas, das evocações dos sujeitos, que se atinge o acesso a informações mais abrangentes, que incluem impressões, sentimentos e percepções, aspectos totalmente subjetivos. A partir dos depoimentos desses moradores, faz-se necessário compreender como esses sujeitos interpretam suas perdas e enraizamentos, no processo de formação da comunidade noronhense, como elaboram as políticas intervencionistas a que foram submetidos, e como reagem à evolução do turismo na ilha.

O estudo de aspectos relacionados às percepções, atitudes e valores dos moradores destacou algumas questões específicas da comunidade local que foram investigadas na pesquisa, como o fim do domínio militar e a abertura para a atividade turística, o isolamento insular, o controle rigoroso de proteção às unidades de conservação que constituem a ilha e o contato intercultural entre moradores permanentes, temporários e turistas.

Outras questões comportamentais foram levantadas junto aos moradores permanentes, para a análise de influências externas e comparação com as possíveis influências exercidas por parte de moradores temporários e turistas na comunidade local.

Para a avaliação dos impactos socioculturais, não há uma quantidade pré-determinada de informações necessárias ao estudo qualitativo que se pretende, uma vez que quanto maior a gama de informações maiores as probabilidades de pesquisa. Para a obtenção dos dados pretendidos acerca da percepção de impactos, os entrevistados foram questionados de maneira aberta sobre o que acham da atividade turística e quanto às seguintes questões:

- viver insular;
- manifestações culturais;
- principais modificações ocorridas nos últimos 20 anos;
- fatos marcantes ocorridos na ilha;
- moradores temporários e pessoas de fora (*haoles*);
- interação entre a comunidade, *haoles* e turistas;
- conflitos de interesses e valores entre os diversos grupos;
- anseios da comunidade;
- alternativas de lazer, atividades culturais, e geração de emprego;
- qualidade de vida e conservação ambiental;
- exploração dos recursos naturais pela comunidade;
- modificação no uso e ocupação do solo e dos recursos naturais;
- distúrbios sociais, como alcoolismo, drogas e prostituição.



FIGURA 1 - Vista aérea do Arquipélago de Fernando de Noronha
Fonte: ADEFN



FIGURA 2 - Baía do Sancho
Fonte: Michele Roth



FIGURA 3 - Vista do Forte dos Remédios
Fonte: Michele Roth



FIGURA 4 - Turista no mirante da Baía dos Porcos
Fonte: Michele Roth

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Territórios insulares

As ilhas são geralmente representadas como sinônimos de utopia: virgens e desertas. Elas convidam a um reinício e a novas tentativas de sociedade. Neste sentido, a água que as circunda parece ter um significado de um cordão de isolamento, como se fosse capaz de apagar a história, o tempo e a memória (DOULA, 1994, p. 80).

O estudo da relação entre as sociedades insulares e seu território se processa através de práticas econômicas, sociais e simbólicas. A vida social na ilha não se define pelo fato de estar cercada de água por todos os lados, mas pelas práticas em que estão envolvidos os ilhéus na sua relação com o mar.

A vida insular, bem como a representação dos continentais sobre as ilhas, está marcada pelas imagens e símbolos construídos ao longo da história. Vários estudos têm mostrado a grande vinculação do ilhéu com seu território, marcado pela presença de fronteiras definidas que não são necessariamente geográficas, mas sobretudo, sociais.

O conceito de território é objeto de várias discussões, que pode ser definido como espaço, habitat, paisagem, região, área, e população. Partindo do pressuposto que toda comunidade vive em um território, do qual tem domínio e posse, Silva (*apud* CALVENTE, 1997, p. 94) defende a idéia de que "o território se mostra como a primeira concretude do lugar, são as relações sociais de produção num lugar apropriado da natureza ou de outros, pela conquista."

Para alguns autores o território é definido pelas relações de poder. Segundo Souza (*apud* CALVENTE, 1997, p. 94), "apesar dos laços afetivos e de identidade entre um grupo social e seu espaço serem importantes para a gênese de um território, a questão fundamental se detém nas relações de poder inseridas naquele espaço, ou seja, nas relações de domínio."

Para Moraes (*apud* CORIOLANO, 2005, p. 299), "território é o resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento."

A conceituação de território tem sido utilizada como referência ao Estado Nacional, mas existem territórios em escalas diversas. O território pode ser entendido como campo de forças, e este não necessariamente está vinculado ao solo, podendo ser o mar.

Os territórios insulares sempre foram vistos como paradoxos: inferno e paraíso, liberdade e prisão, isolamento e comunidade, realidade e fantasia. Imagens construídas por ilhéus a partir de seu espaço geográfico e sociocultural, determinado por sua insularidade. Tais imagens despertam o fascínio em viajantes, turistas, pesquisadores, escritores e poetas que, desde a antigüidade, buscam desvendar a sedução da vida insular e de uma sociedade perfeita, idealizando este espaço como um local em que as pessoas vivem em perfeita harmonia. As imagens arquetípicas de paraíso perdido suscitadas pelas ilhas, são elaboradas a partir da realidade e da fantasia e também estão associadas ao exílio e à solidão.

As ilhas, além de serem vistas como espaços sagrados, presentes em várias mitologias (como no caso de Atlântida, reino insular perdido, habitado por semideuses e sereias, descrito por Platão no século 4 a.C.), são também espaços historicamente e socialmente produzidos. É sempre um território particular, um espaço construído. O imaginário derivado da insularidade está diretamente associado ao distanciamento físico do continente, simbolizando a não destruição do espaço e da cultura originais pelo tempo.

As imagens de ilhas exóticas têm lugar garantido nos meios de comunicação, aparecendo como redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos, perfeitos para novas descobertas, aventura ou repouso. A imagem do mar azul, areias brancas e coqueiros, seduzem o imaginário de turistas e viajantes.

Esta simbologia de paraíso contrasta com a idéia de inferno para alguns, atribuída a algumas ilhas que abrigaram presídios, como Ilha Anchieta em São Paulo, Ilha Grande no Rio de Janeiro, Fernando de Noronha em Pernambuco, Alcatraz nos Estados Unidos, entre outras, territórios estigmatizados por castigos cruéis e torturas. Em alguns espaços insulares, essa dicotomia ainda pode ser reproduzida até os dias de hoje.

Algumas ilhas desempenharam um papel fundamental no período das grandes navegações, no século XVI, principalmente por sua localização estratégica entre o Continente Europeu e as Índias. Este trajeto era povoado de ilhas, que serviam aos navegadores como importantes paradas. O Brasil, logo após seu descobrimento, foi considerado uma ilha, e chegou a ser batizado de Ilha de Vera Cruz. As ilhas do litoral brasileiro tiveram um papel importante no

período da colonização, pois abrigaram fortalezas e entrepostos construídos pelos portugueses, franceses e holandeses.

As ilhas têm sido uma preocupação constante de autoridades governamentais, de entidades conservacionistas e do meio acadêmico, por terem se transformado em objeto de ocupações urbano-comerciais que colocam em risco esses frágeis ecossistemas e suas comunidades.

Os estudos sobre esses espaços, freqüentemente têm como foco os ilhéus e a afirmação de sua identidade cultural, que é construída por seu estilo de vida e principalmente por seu espaço biogeográfico. A construção da identidade cultural insular está relacionada à sua oposição ao outro, ao que não é da ilha, provocando uma reação contra a invasão dos "de fora", e oposição à criação de áreas protegidas, que limitam suas atividades tradicionais, como a pesca e a agropecuária.

O território insular possui uma comunidade única, adaptada a seu ambiente, e esta comunidade vive sujeita a transformações significativas, toda vez que o isolamento que a protege se quebra, em muitos casos, pela abertura para o turismo. O contato com o mundo continental ressalta o sentimento de pertença da comunidade e reforça sua identidade ilhéu.

A memória coletiva de comunidades insulares em geral é amalgamada por elementos primordiais: mar e terra. Essa identidade é construída por elementos geográficos, pela memória social e também pela mitologia de lendas e histórias da comunidade local.

Existem alguns estudos abordando questões socioculturais de comunidades insulares brasileiras. Entre eles, sobre as ilhas do litoral paulista e as comunidades que nelas vivem (DIEGUES, 1997), sobre Fernando de Noronha e a formação da identidade local (PEIXOTO, 1988; LIMA, 2000), e sobre a Ilha Grande e a polaridade entre nativos e não-nativos (PRADO, 2003).

As comunidades insulares possuem um estilo de vida particular, diferente do continente. Para Diegues (1997, p. 05), "a consciência desta realidade está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus têm a respeito de seu espaço geográfico e cultural, oriundas de sua insularidade". A esse processo, caracterizado pela presença de mitos, alguns geógrafos e sociólogos franceses conceituam como "*ilheidade*", diferente do conceito de insularidade, que caracteriza os processos relacionados com a distância e o isolamento físico e social.

A diferenciação de uma comunidade insular é permeada pela forte presença da água, pela noção de tempo e espaço, e pelo simbolismo de viver em um território ilhado. Para muitos ilhéus, é como se estivessem "fora do mundo", não se referindo apenas ao mundo continental, mas ao mundo real, e em contraponto, para ilhéus de outras comunidades, sua ilha é considerada o centro do mundo, enquanto o mundo situado fora de seus limites é considerado periférico.

A distinção do espaço insular, além de fortemente caracterizada pela presença do mar, que reforça o isolamento geográfico por suas intempéries, é reforçada pela finitude do espaço, que sobrevaloriza a existência de seu interior e abriga comunidades territorializadas onde os limites são claramente definidos.

A presença do mar e das práticas sociais por ele definidas são os elementos centrais para a compreensão das ilhas e dos ilhéus. Para Diegues (1997, p. 11), "a relação ilhéu-mar é também o elemento fundador da insularidade e da *ilheidade*". A relação ilhéu-mar não acontece apenas de maneira direta, mas também indiretamente, pelas práticas sociais e simbólicas.

Diegues (1996, p. 17) afirma que "o meio insular, enquanto um território de contornos definidos, reforça a noção de lugar". Para este autor, "esse território, antes considerado sagrado pelos aspectos religiosos e lendários, atualmente é representado por outra sacralização, novas formas de solidariedade e de relações sociais."

Para algumas comunidades insulares, o mar representa contato e sobrevivência, já para outras, representa isolamento e obstáculo. A relação dos ilhéus com o mar é ambígua, ora este se apresenta hostil e limitador, ora protetor. A dificuldade no modo de vida insular também é produto de ordem política, econômica e cultural, com um cotidiano que se mostra árduo em um espaço geograficamente isolado, pela escassez de recursos naturais, pela precariedade de serviços básicos como saúde, educação e transporte, pelo alto custo de vida e também pela dependência do continente.

As comunidades insulares em geral enfrentam discriminação e preconceito, pela imagem distorcida do "ilhéu selvagem", desqualificado e preguiçoso, o que favorece sua exclusão pelos "de fora", que chegam para a "conquista do paraíso".

Diegues (1997, p. 25) revela a superposição de símbolos ligados às ilhas: "de um lado, a ilha como paraíso, espaço de aventura e liberdade, explorada pelo turismo de aventura e, em oposição, a ilha enquanto paraíso natural, objeto de consumo do turismo ecológico."

Para Coriolano (2005, p. 299) é preciso compreender o espaço turístico "como algo socialmente produzido que expressa as contradições do modo de produzir. Ele é a um só tempo o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os residentes". Para a autora, o espaço físico passa a ser um produto social, "contém espacialidades, ou seja, espaços produzidos através das relações de forças e de poder". Neste caso, os espaços são produzidos de forma diferenciada.

Ainda segundo Coriolano (2005, p. 299), "o turismo é na atualidade um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando e produzindo outras configurações geográficas". Algumas ilhas têm sofrido, nas últimas décadas, uma intensa ocupação, enquanto outras menores, se transformam em propriedades privadas, ocasionando a emigração de seus moradores.

O turismo tem sido apontado como um dos fatores responsáveis pela descaracterização da paisagem e das culturas locais. Uma alternativa para garantir a conservação de tais territórios é a transformação desses espaços em áreas naturais protegidas, como é o caso do Arquipélago de Abrolhos, Ilha Anchieta, Ilhabela, Ilha do Cardoso, Ilha do Mel, e Arquipélago Fernando de Noronha entre outros.

Em muitos casos, quando esses espaços insulares são transformados em áreas de proteção, sua comunidade que habitualmente vivia da pesca e dos recursos naturais é tolhida em seu modo de vida tradicional. Embora seja permitido à comunidade que permaneça em seu território de origem, alguns lugares que antes eram acessíveis a todos, não podem mais ser freqüentados pelos ilhéus, em função da preservação de espécies da fauna e flora locais. Tais medidas geram conflitos, à medida que a comunidade se sente preterida por pesquisadores e turistas, que têm acesso livre a espaços protegidos.

Além das restrições impostas e da reestruturação socioeconômica, as comunidades insulares convivem com outros problemas, como a reconstrução de sua identidade sociocultural, e a resistência à ocupação de seu espaço por pessoas "de fora", que dificultam sua reprodução social.

Quando as primeiras áreas de proteção ambiental foram criadas, a idéia era de incompatibilidade entre a conservação e o uso dos recursos naturais e não se admitia a presença humana em tais áreas. Atualmente, a inserção da comunidade local na concepção e gestão das

áreas protegidas é considerada fundamental para garantir o sucesso e a continuidade dos projetos conservacionistas.

O apoio da população tradicional na conservação ambiental de áreas protegidas é reconhecidamente importante na conservação da biodiversidade e também atua como portadora de um vasto conhecimento sobre seu mundo natural, o que tem contribuído para a valorização dos ilhéus. Esse reconhecimento do ilhéu, como portador de uma cultura diferenciada, vem se intensificando a partir da aceitação e da valorização dos direitos das minorias e da diversidade cultural.

A questão conservacionista das comunidades que habitam ilhas e arquipélagos transformados em áreas de proteção ambiental se agrava, à medida que convivem com ecossistemas frágeis, que podem ser degradados, mesmo por populações que sempre participaram de sua conservação. Há também a ocupação dessas localidades pelo turismo, o que transforma de maneira significativa o espaço insular e o cotidiano da comunidade local.

2.2 A comunidade e suas memórias

A palavra comunidade sugere conjunto, agrupamento, união. Bauman (2003, p. 09) afirma que "essa palavra evoca tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes". Para o autor, viver em comunidade transmite a sensação de algo positivo, sugere a idéia de vida em comum, de ajuda mútua, além de confiança e proteção.

Segundo Tonnies (*apud* BAUMAN, 2003), "a comunidade é um entendimento compartilhado por todos os seus membros". Na visão do autor, a comunidade não é uma construção, nem um consenso, pois não existem divergências a serem compatibilizadas. O entendimento preexiste na comunidade não sendo necessário ser procurado ou construído.

Em uma comunidade, as pessoas vivem unidas por causa de seu entendimento mútuo, a despeito de todas as diferenças que as separam. Esse entendimento é o início de toda a união e é ele que precede todos os acordos e desacordos em que a comunidade se baseia. O entendimento compartilhado não é construído, ele é inerente à comunidade, podendo ser tácito ou intuitivo.

A comunidade se mantém fiel a sua origem, na medida em que se distingue dos novos agrupamentos que a ela se unem. A unidade da comunidade e seu entendimento dependem de sua homogeneidade e dos canais de comunicação existentes. A homogeneização da comunidade geralmente é ameaçada, quando diminui a distinção entre os seus e os outros, quando a comunicação entre os "de dentro" e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais valor que as trocas mútuas internas.

A distância e o isolamento, que são considerados defesas da comunidade, perdem seu significado com a globalização e a chegada dos "de fora". A informação chega a qualquer lugar rapidamente, independente de seus portadores. O limite entre os "de dentro" e os "de fora" se torna tênue, difícil de ser mantido.

A comunidade, que anteriormente representava abrigo e porto seguro, se fragiliza com a chegada dos novos migrantes e se coloca espreitada pelos "invasores", além do surgimento de disputas internas. Uma vez desconstruída, a comunidade deve ser reformulada, e é exatamente neste contexto que a identidade local ressurgue.

Quando a comunidade compartilha uma interpretação do passado, ela constrói a base da identidade coletiva, permitindo reforçar o sentimento de pertença e estabelecendo as fronteiras entre os distintos grupos sociais.

A memória de uma comunidade, como objeto de investigação social, abrange fatores complexos, como a existência de uma memória coletiva e individual, a memória como elemento de disputa pelo poder político, e ainda a atuação da memória na formação das identidades sociais.

Para Lima (1998, p. 05), "a memória pode ser considerada como uma herança, decorrente dos processos de socialização política e histórica grupal e individual". Sendo a memória elemento constituinte do sentimento de identidade, a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

A memória é continuamente reformulada no presente, reconstruída e repensada a partir de imagens e idéias fundidas com as experiências do passado. Dessa forma, a constituição da memória no presente ocorre pela elaboração das experiências passadas de cada indivíduo.

A memória coletiva de um grupo é constituída pelos aspectos consensuais e pela duração e continuação da tradição de sua comunidade. Aparece como uma referência fundamental para a constituição da identidade insular, que é essencial para a reordenação do

passado. Ao repensar o passado e reencontrar seus espaços, a comunidade se reconstitui. Apesar do inerente esquecimento do passado, algumas memórias resistem.

Para Lima (1998, p. 08), "as memórias são constantemente objeto de disputa e imposição de significados, diferentes daqueles produzidos por seus participantes". Para a autora, sob este aspecto, "a busca além dos discursos oficiais, por outras falas, com outros significados, são fundamentais para a reelaboração da identidade insular."

As disputas e os conflitos são inerentes à constituição da memória grupal e, nesses casos, o silêncio e o esquecimento podem representar um elemento de resistência ou defesa. O silêncio, muitas vezes, pode ter maior significação que o discurso, traduzindo o desejo de esquecimento de fatos traumáticos do passado ou de experiências de dominação vivenciadas. As comunidades constroem as suas próprias imagens do mundo, apresentando uma versão previamente acordada do passado.

Em algumas circunstâncias, surge a necessidade de voltar ao passado, resgatar lembranças, procurando situar passagens, imagens, sons e sensações. Nas memórias estão presentes o espírito, o pensamento e o sentimento, fazendo com que os fragmentos do passado voltem vivificados.

Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição (BOSI 1994, p. 81).

A memória é completamente subjetiva, sendo constituída pela linguagem, pelo ensino, pela observação, pelas idéias, fatos e lendas coletivamente elegidos e pelas experiências compartilhadas. A memória coletiva permite a compreensão da identidade de uma comunidade. É importante reforçar a ligação do discurso do indivíduo com o meio sociocultural e econômico no qual está inserido.

No ato de trazer à lembrança, as histórias de vida são resgatadas, apresentando o que de mais significativo permaneceu. Este processo envolve vivências: alegrias, tristezas, conquistas, mudanças, e perdas.

A memória é construída, cotidianamente, nas relações sociais e ganha maior expressão durante as festas tradicionais da comunidade. Nestas celebrações, os antigos moradores recuperam seu espaço e se vêem como incluídos, com o direito de construir e recriar

suas memórias para além daquela guardada pela História Oficial, sendo uma forma de reforçar seu direito de uso do espaço público.

Os moradores antigos ordenam suas referências a partir da própria relação no presente com a comunidade e somente por meio da memória reencontram cotidianamente um sentido para seu viver. Para Lima (2002, p. 13), "em suas narrativas, eles recriam o tempo antigo e o significado desse tempo na representação de seu universo."

O espaço social retém a memória coletiva, é um espaço sustentado por símbolos e mitos, que sobrevive a construções, desconstruções e reconstruções que marcaram sua organização social. O desaparecimento dos espaços reais, nos quais os antigos moradores construíram sua identidade, ainda existem em suas memórias, permitindo que as referências sejam mantidas e reforçadas em seus momentos de interação e coesão comunitária.

Para Lima (1998, p. 11), "apesar do desaparecimento dos espaços concretos, sobre os quais a comunidade fundou sua identidade, pela memória é possível colar referências a certos momentos de interação, vividos como sendo seu próprio ritmo construído". E é justamente nos espaços reservados para a socialização, que a comunidade pode restaurar o ritmo cotidiano, percebendo a existência coletiva, e reatualizando sua cultura.

Segundo Lima (1998, p. 05), "nas memórias sociais amalgamam-se imagens, evocações, lembranças e representações". Para a autora, no trabalho com as memórias, armazenam-se representações sociais, entendidas como "linguagem", nas quais os sujeitos permitem externar o sentido que produzem ou elaboram de suas experiências perante situações com que se defrontam.

Os depoimentos de indivíduos da comunidade possibilitam o resgate do sentido compartilhado das situações vividas como um processo fundamental na elaboração da memória insular, e deste modo, construções e reconstruções de identidades vão surgindo.

Para Lima (1998, p. 17), "se a vida é uma sucessão de rupturas e desestruturações, é na memória que estão os significados de uma história vivida, e é por meio dela que a comunidade pode manter a noção de continuidade contra a imagem de pluralidade e dissolução."

Segundo Murta (*apud* NICOLETTI, 2003, p. 63), uma atração turística pode ser vista como um conceito construído a partir da interação entre histórias, lendas e segredos de um lugar, e estes pertencem à comunidade em sua memória coletiva e em sua história oral e documentada, sendo a comunidade possuidora do entendimento do lugar e de sua transmissão aos visitantes.

Para sobreviver no futuro, toda comunidade carrega consigo suas memórias do passado - personagens, eventos, rituais, canções, estórias e objetos. São memórias e referências que sustentam uma cultura que nem sempre se mantém face aos desastres, à opressão, e aos meios de comunicação do mundo atual. Muitas destas memórias são privativas e reservadas às comunidades, mas algumas podem e merecem ser compartilhadas com os visitantes, tanto para aumentar a auto-estima local quanto para proporcionar um rendimento extra, fruto da visitação (GOODEY, 2002, p. 138).

2.3 Impactos socioculturais do turismo

O turismo pode ser considerado uma atividade complexa e dinâmica, que atua de várias formas e em circunstâncias diversas, sendo difícil defini-lo em uma só perspectiva teórica ou ciência. Para Banducci Junior (2001, p. 23), "é preciso atentar para que tipos de interferências e reações os diferentes tipos de turismo provocam nas culturas em que atuam."

Os estudos sobre os impactos do turismo, em grande parte, estão voltados para as questões ambientais em detrimento dos impactos socioculturais. Para Swarbrooke (2000, p. 109), "esses impactos em geral são invisíveis e intangíveis, e com pouca ou nenhuma oportunidade de serem revertidos depois de ocorridos". O debate sobre a sustentabilidade da atividade turística também aborda amplamente os impactos ambientais, com menor destaque para os impactos socioculturais, em parte, porque estes ocorrem de forma mais lenta e discreta sendo detectados ao longo do tempo.

Em unidades de conservação, são realizados estudos de capacidade de carga e manejo de impactos de visitação que são aplicados nas áreas protegidas. Esse conceito deve ser ampliado, uma vez que privilegia a conservação do meio ambiente e a qualidade da visitação, sem o devido destaque para os fatores sociais e a satisfação da comunidade local.

Para Cooper *et. al* (1993), "a capacidade de carga seria o nível de presença turística que cria impactos na comunidade anfitriã que são aceitáveis para ambos, os turistas e a comunidade receptora". A determinação da capacidade de carga, especialmente em áreas protegidas, apresenta uma série de especificidades, como a dificuldade de se determinar com absoluta exatidão a capacidade de carga de um certo produto turístico, além do fato de que sua mensuração dependerá da conjugação de vários fatores imbricados entre si de ordem natural, social, cultural, política, entre outros, sofrendo variações no espaço e no tempo.

Para Swarbrooke (2000) existem vários tipos de capacidade de carga, que podem ser: "física, ambiental ou ecológica, econômica, infra-estrutural, social, e perceptiva, que seria o número de visitantes que uma localidade pode receber antes que a qualidade da experiência do turista comece a ser afetada negativamente". O autor afirma que cada localidade possui características únicas em termos geográficos, econômicos e sociais, o que dificulta a aplicação da capacidade de carga em diferentes localidades. Além disso, alguns conceitos são muito subjetivos, como no caso de capacidade de carga social ou perceptiva que permeiam seus limites através de indicadores qualitativos.

Para Hugues (2002), um dos grandes desafios para a determinação de indicadores é de natureza quantitativo-econômica traduzindo-se na prevalência deste em detrimento da dimensão qualitativa, numa perspectiva de proteção dos recursos ambientais oferecidos pelas localidades. Muitas dificuldades surgem na delimitação da ação humana sobre o meio e na subjetividade ao escolher os indicadores a serem considerados, aliados à subjetividade na interpretação dos resultados.

Alguns estudos de caso (FURLAN; ARRUDA, 1997) revelam as dificuldades na concretização de propostas voltadas para o planejamento do turismo sustentável em espaços insulares, ou para o controle da capacidade de carga tanto para os turistas como para a comunidade receptora, em grande parte porque as recomendações não se encaixam em suas peculiaridades locais, como veremos mais adiante.

Muitos autores afirmam que o turismo provém das ciências econômicas, pesquisam a chamada indústria do turismo e sua movimentação e geração de capital, relevando a dimensão social dos turistas que são vistos como cifras, ou como um mal necessário. O turismo deve ser estudado de forma mais abrangente, em todos os seus aspectos. Barreto (2003), afirma que o turismo "é uma atividade realizada pelos homens em sociedade, e por isto tem um grande grau de imprevisibilidade, daí a impossibilidade de saber como a sociedade vai reagir à presença dos turistas, e como estes vão reagir à sociedade que os hospeda."

Segundo Vieira Filho (2005, p. 04), "os conceitos de 'turismo' e 'turista', bem como os conceitos que estão normalmente contidos neles a fim de defini-los possuem potencialmente diferentes significados para as pessoas em diferentes contextos."

Muitos autores defendem a idéia da impossibilidade de homogeneização do turismo, uma vez que os turistas possuem demandas, motivações e comportamentos diferenciados.

Os impactos decorrentes do turismo podem depender de vários fatores relacionados às particularidades de cada comunidade e de seu meio ambiente, do perfil e das características e comportamentos dos fluxos turísticos que ocorrem na localidade, além das formas de intervenção governamental, entre outros agentes no processo (VIEIRA FILHO, 2005).

A exploração da atividade turística traz seguramente uma série de benefícios para uma localidade, embora estes não aconteçam de forma eqüitativa para a comunidade. Azevedo (2002, p. 162) defende a idéia de que o turismo garante alternativas de emprego e traz recursos, mas pode provocar um atentado à cultura local, em que as comunidades receptoras consideram o poder de compra dos turistas uma ameaça à sua cultura e tradição. Para este autor, a preservação da memória histórica da comunidade age como elemento de continuidade que permite se apropriarem do conhecimento de seus bens patrimoniais, e perceberem o correspondente valor econômico.

Para Barreto (2000, p. 23), "o crescimento do turismo tem ocorrido ao sabor do mercado, dos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais sem levar em conta os demais atores sociais, e sem a participação das comunidades afetadas."

Muitos autores têm destacado os impactos negativos do turismo sobre a comunidade local, mas é preciso revelar que muitos impactos são positivos e trazem inúmeros benefícios para a localidade e seus moradores.

Os estudos sociológicos realizados antigamente versavam, em sua maior parte, sobre os efeitos negativos do turismo. Para Barreto (2000, p. 26), "atualmente, os estudos apontam que em determinadas circunstâncias, o turismo pode deixar uma contribuição positiva, especialmente na preservação de áreas históricas ou naturais."

Barreto (2003) afirma que "os impactos do turismo na comunidade local devem ser discutidos e relativizados uma vez que existem outros fatores que interferem na transformação cultural". Para a autora, o turismo não deve ser visto como único fator de mudança, se considerarmos nosso atual estágio de globalização cultural e avanço de tecnologias da comunicação.

O turismo nem sempre é o único agente transformador da comunidade que se apresenta inserida em uma estrutura dinâmica e globalizada. A chegada da televisão em muitas localidades, retransmitida via satélite, foi um fator marcante de transformação sociocultural, apresentando um mundo novo.

O mundo continental aportou em comunidades insulares trazendo novos padrões sociais, diminuindo as diferenças, interferindo no comportamento local e modificando-o. Para Giovannini Junior (2001, p. 150), algumas localidades podem concentrar, em um espaço pequeno, uma efervescência cultural bastante original, em que ocorre a interação de pessoas e culturas de vários lugares, tornando-se um espaço privilegiado para o estudo sobre o contato intercultural.

Juntamente aos impactos sociais provocados pelo turismo, há uma significativa ocorrência de impactos culturais em uma comunidade receptora. Quanto às transformações que ocorrem na comunidade, Oliveira (2003, p. 11) afirma que "elas mostram a necessidade de se trabalhar as demandas específicas de cada localidade, o que permitiria prever conflitos e antecipar soluções, objetivando amenizar os inevitáveis impactos negativos decorrentes do fluxo turístico."

Como consequência das transformações causadas pelo turismo, Goodey (2002, p. 53) afirma que "na maioria dos casos, há uma crescente degradação do produto que é oferecido ao visitante, o consumo dos recursos tangíveis e intangíveis, e uma mudança fundamental de longo prazo para a comunidade, em troca de vantagens em curto prazo."

Além das transformações que ocorrem na comunidade, há o contraste socioeconômico entre turistas e residentes, o que favorece o surgimento de conflitos. Archer e Cooper (2002, p. 94) citam o "efeito demonstração" da prosperidade em meio à pobreza, que na maioria dos casos, leva a população local a ter o desejo de imitar o modo de vida dos turistas, gerando um sentimento de privação e frustração que pode resultar em ressentimento e hostilidade.

Torna-se cada vez mais difícil evitar situações de ressentimento, quando na maioria dos casos, turistas e moradores locais vivem realidades opostas. Em geral, os turistas buscam o lazer e a diversão sem se preocupar com os impactos socioculturais causados pelo turismo, e em contraponto, os moradores se encontram em pleno trabalho, em pousadas, restaurantes e lojas, desgastados pela sucessão sem fim de turistas que chegam e partem de sua localidade.

Segundo Barreto (2000, p. 31), "o turista passa a sentir que se encontra numa situação de permissividade. Devido ao fato de que o turismo acontece numa situação de lazer, de não-trabalho, de férias". Para a autora, esta situação torna o relacionamento dos turistas com os

prestadores de serviço, com as comunidades receptoras, e até com os outros turistas, muito difícil e não raro conflitivo.

A falta de interação entre turistas e moradores pode ocasionar uma gradual exclusão social da comunidade que não tem acesso a lojas e restaurantes, destinados aos turistas. É como na fábula de *La Fontaine*, em que a formiga e a cigarra representam dois estilos de vida antagônicos, mas é preciso lembrar que os turistas em férias estão longe de sua rotina diária, e aqueles dias preciosos de lazer são o resultado de um descanso merecido após árduo trabalho.

Além da falta de interação entre turistas e moradores em muitas localidades, há também o conflito de interesses. Em geral, a comunidade receptora valoriza o aspecto econômico do turismo, pois aqueles que vivem da atividade se interessam, em primeiro lugar, pelo aspecto financeiro do turista. Segundo Krippendorf (2000, p. 84), "o dinheiro de um é o pão do outro". Por outro lado, os turistas valorizam os aspectos físicos da localidade. Conforme Rodrigues (2000, p. 180), "no olhar do turista sobre a paisagem, em geral se descaracterizam as relações sociais, pois o que é visível ou o que se busca é o descanso que a natureza propicia."

A interferência do turismo em comunidades receptoras, e conseqüentemente, a interação entre turistas e nativos ocorre de forma complexa, demonstrando certa ambigüidade. Para Barreto (2000, p. 33), "o turista é, assim, sujeito de um sentimento ambíguo de aceitação/rejeição [...] no imaginário coletivo de cada grupo social, ele é visto de uma forma diferente. Para alguns, vive-se graças a ele; para outros, vive-se mal por causa dele". Esta relação assimétrica acarreta uma série de conseqüências e mazelas sociais.

Há uma relação desigual de dominantes e dominados, o saber está em vinculação direta com a concentração de poder e a exclusão social. A participação emerge, nesse cenário, como um elemento de contracultura; constituindo a única garantia ética de sustentabilidade de um processo efetivo de desenvolvimento (IRVING 2002, p. 38).

O processo de interação entre moradores e turistas é inerente a uma localidade turística, e esse contato é visto de forma positiva para alguns autores. Nicoletti (2003, p. 64), defende a interação entre locais e turistas para facilitar o acesso à comunidade planetária. Segundo a autora, "o ecoturismo age como elo de ligação entre o local e o global, permitindo a inserção do indivíduo na sociedade global e ao mesmo tempo, permitindo a afirmação dos grupos locais."

Outros aspectos positivos são atribuídos à atividade turística, como a revitalização do patrimônio cultural material e imaterial e a valorização do meio ambiente, além da recuperação e fortalecimento de elementos da identidade local. Para Butler (2002, p. 88) a integração ideal do desenvolvimento do turismo numa comunidade ou destino deveria torná-lo mais aceitável, tanto para os residentes quanto para os que utilizam os recursos existentes, ao contrário de um desenvolvimento turístico que é imposto de forma segregada e indesejável.

3. O ARQUIPÉLAGO

3.1 Aspectos geográficos

O arquipélago Fernando de Noronha está situado no Atlântico Sul Equatorial, a 360 km da costa brasileira. É constituído por 21 ilhas, ilhotas e rochedos, sendo a ilha principal de igual nome ao do arquipélago (FIG. 5). É o único distrito estadual do Brasil, pertencente ao estado de Pernambuco desde 1988, data de sua reintegração ao estado.

3.1.1 Aspectos Físicos

O estudo geológico do arquipélago destaca sua origem vulcânica que faz parte da cadeia mesoceânica Atlântica, pertencendo ao último evento vulcânico do Brasil. Corresponde ao topo de uma montanha submarina que se ergue do assoalho oceânico, situado a uma profundidade de até 4.000 m, que emergiu no período terciário.

O relevo das ilhas que compõem o arquipélago são fragmentos de um único corpo que compunha a ilha principal e que foram dela desligados por um afundamento de poucos metros e por ação erosiva no litoral.

O clima do arquipélago é tropical, quente oceânico, com estação seca bem definida. A média pluviométrica anual é de 1.300 mm. A temperatura varia entre 24°C e 32°C. A umidade relativa tem média anual de 81%.

A oceanografia do arquipélago é caracterizada pelo lado oriental, denominado mar de fora, pela constância de mar agitado, com altas ondas, fortes correntes e muito vento. E o lado ocidental conhecido como mar de dentro, que se apresenta calmo durante a maior parte do ano, por não sofrer diretamente a ação dos ventos alísios.

A vegetação é constituída de poucas espécies arbóreas, existindo uma grande quantidade de espécies arbustivas e herbáceas, principalmente invasoras. Além dessas espécies,

ocorrem árvores frutíferas, também introduzidas. Onde há vegetação arbórea contínua, observam-se exemplares da flora original do tipo mata atlântica insular e nas proximidades das praias com mata verde secundária. Existe na ilha uma rara e única ocorrência de manguezal oceânico no Atlântico Sul, localizado na baía do Sueste.

A fauna terrestre é especialmente representada por uma rica avifauna, em relação a outros grupos da fauna (FIG. 7). Há também a presença de aves migratórias. Poucas são as espécies residentes relacionadas aos ambientes não marinhos. Apenas duas espécies de vertebrados répteis ocorrem e são endêmicas no arquipélago, a famosa largatixa mabuya (*Mabuya maculata*) e o largato de duas cabeças (*Amphisbaena ridleyana*). Entre os répteis, ocorrem outras espécies introduzidas, como o teju (*Tupinambis teguixim*), que tem causado um impacto negativo no arquipélago. Os anfíbios têm duas espécies introduzidas e os mamíferos terrestres foram todos introduzidos.

Na fauna Marinha foram reunidas 237 espécies pertencentes à fauna do arquipélago, excluindo os corais. Destaque para duas espécies de tartarugas marinhas, a aruanã (*Chelonia mydas*) e a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e para o golfinho-rotador, que tem o arquipélago como habitat natural.

3.1.2 Aspectos socioeconômicos

A população de Noronha está estimada em torno de 3.456 pessoas, segundo dados do último censo, realizado em maio de 2007. A população residente encontra-se distribuída por 15 pequenos aglomerados, que são: Vila dos Remédios, Floresta Nova, Floresta Velha, Vila do Trinta, Vacaria, Três Paus, Boldró, Vila do DPV, Coréia, Conceição/Italcable, Vila da Quixaba, Estrada Velha do Sueste, Vai Quem Sabe, Basinha e Vila do Porto.

A educação é pública, conta com duas escolas: a escola Bem-me-quer, voltada para a educação infantil, e a escola Arquipélago que atende do ensino fundamental ao médio. O ensino superior se limita aos cursos à distância de Administração, Biologia e Pedagogia, através de convênios firmados com instituições de ensino superior de Recife e São Paulo. Segundo dados

fornecidos pelo IBGE (2003), a taxa de alfabetização na ilha é de 93,5% e 95,4% das crianças entre 07 e 14 anos estão matriculadas na escola.

A religiosidade é representada por templos de diversas religiões, entre elas Católica, Assembléia de Deus, Presbiteriana, Batista, Espírita e Cristã do Brasil. Durante a ocupação militar, o catolicismo era a religião oficial, com tolerância à religião protestante e qualquer outra prática, era proibida. As religiões católica e protestante estão representadas na ilha desde a época dos holandeses, no início do século XVII.

A saúde é provida pela ADEFN, que mantém um Hospital e um Posto de Saúde da Família, para atender a comunidade e os turistas. Como o hospital não dispõe de maternidade ou centro cirúrgico, gestantes e pacientes em estado grave são transportados para hospitais de Recife para atendimento de emergência.

3.1.3 Infra-estrutura e serviços

Os serviços de comunicação em Noronha contam com uma agência dos correios, e o sistema Golfinho de Comunicação da ADEFN, que possui uma emissora de rádio com transmissão em frequência de FM e uma emissora de televisão com geração própria de sinal. O serviço de telefonia atende a comunicação local, DDD e DDI.

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE é responsável pelo fornecimento de energia, abastecendo toda a ilha. A empresa possui um sistema de geração com 06 geradores instalados, movidos a óleo diesel. Além dos geradores, há uma turbina eólica em funcionamento, que corresponde aproximadamente a 12% do fornecimento de energia. Alguns estabelecimentos e residências possuem placas de energia solar, alternativa eficiente e ecologicamente adequada para a ilha.

A Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA é responsável pela coleta, armazenamento, tratamento e abastecimento de água, e também pela coleta e tratamento do esgoto. Atualmente o racionamento de água é um dos maiores problemas do arquipélago, em que a demanda é maior do que a oferta. A ilha conta com algumas alternativas de abastecimento,

como o açude do Xaréu, o açude da Pedreira, a placa de captação de água pluvial, o dessalinizador marinho, e alguns poços subterrâneos.

O esgotamento sanitário é composto por duas lagoas de estabilização, e uma centena de fossas individuais. Conforme relatório da COMPESA, estima-se que a capacidade total do sistema de tratamento atenderia à demanda gerada por 2.200 pessoas. Atualmente a rede de esgoto encontra-se deficiente frente à crescente população da ilha, afetando a qualidade de vida da comunidade e a atividade turística. A limpeza pública, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos ficam a cargo de uma empresa concessionária do serviço, subordinada à ADEFN. A usina de tratamento de resíduos sólidos seleciona o lixo, mas a maior parte é enviada por barcos para o continente, o que gera um alto custo para o arquipélago.

A ilha possui uma das menores rodovias federais do Brasil, a BR363 com sete quilômetros de extensão, que se inicia no Porto de Santo Antônio e termina na Praia do Sueste. Uma linha de ônibus percorre este trajeto, transportando moradores e turistas. Há várias locadoras de veículos que oferecem aluguel de automóveis e motocicletas e também disponibilidade de táxis que circulam pela ilha. Diariamente chegam três vôos à Noronha: dois procedentes de Recife e um de Natal, e excepcionalmente, em algumas épocas do ano, há operação de vôos fretados. O porto de Santo Antônio é o único da ilha para atracação de pequenas embarcações que fazem a navegação de cabotagem e para os barcos de pesca e de turismo, que realizam passeios turísticos e mergulhos (FIG. 18).

A segurança fica a cargo das Polícias Civil, Federal e Militar, do Batalhão do Corpo de Bombeiros e do Destacamento da Aeronáutica presentes na ilha.

Quanto à situação fundiária, a área do arquipélago está dividida entre o governo do estado de Pernambuco, o Comando da Aeronáutica - COMAR e o IBAMA. Com a criação do PARNAMAR, parte da ilha principal, todas as demais ilhas e uma faixa de mar passaram a compor esta unidade de conservação. O restante da ilha principal, área da APA, é administrada pela ADEFN e pelo IBAMA. Os militares residem em uma vila militar, sob jurisdição da Aeronáutica, e a população civil reside na área sob jurisdição do Distrito Estadual de Fernando de Noronha - DEFN. No caso específico do arquipélago, por ser formado por um conjunto de ilhas oceânicas e por ser bem da União, não existem áreas particulares. As áreas foram cedidas ou entregues ao DEFN, COMAR ou IBAMA, cuja função é administrá-las. Nesse caso, não há propriedades particulares no arquipélago e os residentes se enquadram em duas situações:

residem em benfeitorias da União e possuem um termo de permissão de uso para imóveis, ou são proprietários de benfeitorias construídas sobre solo da União, possuindo um termo de permissão de uso do solo. Por esse motivo, os moradores não podem vender seu imóvel, nem transferir seu termo de permissão de uso do solo. Cabe à ADEFN a atividade de parcelamento do solo, e a autorização para construção ou reforma de imóvel. Antes do início das obras, o projeto deve ser avaliado e autorizado pela ADEFN, Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - CPRH e IBAMA.

3.2 Aspectos históricos

A descoberta oficial do arquipélago de Fernando de Noronha é atribuída ao navegador italiano Américo Vespúcio no ano de 1503, embora documentos anteriores a esta data, retratando o Novo Mundo recém descoberto, já atestassem sua existência. Alguns historiadores afirmam que o arquipélago foi descoberto por Gaspar de Lemos no ano de 1500.

Em maio de 1500, o piloto e também cartógrafo espanhol Juan de La Cosa, começou a delinear um mapa que mais tarde entraria para a história da cartografia mundial. Ao saber que uma expedição portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, havia descoberto uma ilha no oceano Atlântico aproximadamente a 15° de latitude Sul, La Cosa se apressou em incluir a citada ilha em sua obra, que é considerada o primeiro registro, em carta náutica, do arquipélago de Fernando de Noronha.

Dois anos mais tarde, em 1502, um planisfério anônimo e sem data, chamado de Cantino, menciona a existência de uma ilha que aparece com o nome de Quaresma. O planisfério adquirido de um cartógrafo português por Alberto Cantino, é conhecido como o mais antigo mapa do Brasil e foi feito a partir dos descobrimentos portugueses, que eram registrados logo que as informações chegavam a Lisboa.

Em 10 de junho de 1503, Américo Vespúcio parte para o Brasil novamente, em uma expedição portuguesa sob o comando de Gonçalo Coelho. A expedição era composta por seis caravelas, que partiram de Lisboa rumo ao Novo Mundo. Dois meses mais tarde, em 10 de agosto de 1503, uma das caravelas da expedição se choca contra um banco de recifes e naufraga próximo a uma ilha. A caravela afundou, mas a tripulação se salvou e foi com um naufrágio que

o arquipélago de Fernando de Noronha entrou para a história da navegação. Vespúcio (1984) a descreveu como: "uma Ilha no meio do mar, e era muito alta coisa, bem maravilhosa da natureza; porque não tinha mais que duas léguas de comprimento, e uma de largura; a qual Ilha nunca foi habitada por gente alguma; e foi a má ilha para toda a frota."

A tal ilha, batizada de São Lourenço, abrigou durante oito dias a caravela de Vespúcio, que ali permaneceu ancorada à espera de Gonçalo Coelho. Após alguns dias, uma das naus retornou, para avisar que a expedição já havia se dirigido para a costa brasileira.

Em sua narrativa, o navegador faz a seguinte descrição de sua estada na ilha:

[...] a qual ilha achamos desabitada, e tinha muitas águas vivas e doces, uma infinidade de árvores, cheia de tantos pássaros marinhos e terrestres, que eram sem conta; e eram tão simples que se deixavam apanhar com a mão; e tantos apanhamos, que carregamos um batel desses, animais nenhum vimos, salvo Ratos muito grandes, e Lagartos com duas caudas e alguma serpente (VESPÚCIO, 1984).

Ao retornar a Lisboa, Vespúcio escreveu aos nobres de Florença narrando suas experiências pelo Novo Mundo. A carta enviada em setembro de 1504 ficaria conhecida como *Lettera*. Alguns anos mais tarde, ao ser reproduzida como folhetim, tornou-se um grande sucesso e como consequência, o Novo Mundo descoberto foi batizado como América.

Segundo Bueno (1998, p. 61) o matemático, cosmógrafo e desenhista Martin Waldesemüller, intelectual voltado para as descobertas ultramarinas escreveu sobre Vespúcio: "Agora que uma outra parte do mundo, a quarta, foi descoberta por Americus Vesputium, de nada sei que nos possa impedir de dominá-la, de direito, Amerigem, ou América, isto é, a terra de Americus, em honra de seu descobridor, um homem sagaz..."

Ainda segundo Bueno (1998, p. 63), um exemplar da tradução da *Lettera* foi lido pelo humanista inglês Thomas More, que influenciado pelos relatos, teria escrito alguns anos mais tarde *A Utopia*.

O livro lançado em 1516 tem como personagem principal, um velho marujo português que se junta a Vespúcio em suas expedições, e acaba decidindo por não retornar a Europa e permanecer no Novo Mundo. Após algumas desventuras, o personagem é conduzido à ilha de Utopia, cenário de uma sociedade ideal, que é descrita como "um mundo igualitário, onde os nativos viviam em perfeita harmonia política, social e ecológica."

A localização da ilha Utopia descrita no livro, leva a crer que tenha sido baseada na ilha de Fernando de Noronha, descoberta por Vespúcio durante sua segunda expedição exploratória ao Brasil.

Em 1504, a ilha descoberta na costa brasileira, é doada pela coroa portuguesa, ao fidalgo Fernão de Loronha, próspero comerciante e financiador da expedição que a descobriu.

A ilha, que na época era chamada de São João, se tornaria a primeira capitania hereditária do Brasil, que logo foi batizada com o nome de seu donatário. Loronha jamais se interessou em explorar ou legitimar a posse de sua capitania, que até meados do século XVII pertenceu aos seus descendentes.

Segundo Bueno (1998, p. 72), "a família de Loronha era originária da Inglaterra, possivelmente da região de Lothringen, de onde viria o nome 'Loronha' que com o passar dos anos tornou-se Fernando de Noronha". E mesmo nunca tendo tomado posse de sua capitania, o nome de Fernando de Noronha ficou gravado na cartografia mundial. A partir de 1520, a ilha passou a figurar em todas as cartas náuticas com seu nome, e mesmo sem um porto, tornou-se uma parada estratégica nas rotas de navegação, para descanso e suprimento de água e madeira.

3.2.1 As ocupações estrangeiras

A história de Fernando de Noronha é marcada pelo seu isolamento geográfico. Localizada na rota das grandes viagens ao Atlântico Sul, a ilha permaneceu abandonada por um longo período. A dificuldade de ocupação humana é resultado de seu tamanho reduzido e de sua distância do continente, fatores que não motivaram seus descobridores e invasores a povoar definitivamente o local. Nesta época, a ilha viveu um período de abandono, ocupações temporárias e invasões.

Além de eventuais corsários e piratas de passagem pela ilha, holandeses e franceses a ocuparam em determinados períodos. Os holandeses permaneceram por um longo período, de 1630 a 1654, e passaram a chamá-la de Pavônia, ali deixando uma fortificação.

A ilha era conhecida dos marinheiros holandeses desde o começo do século XVII, quando navegavam pelos mares americanos. Descrições verbais e desenhos do lugar circulavam entre dirigentes e organizadores da expansão ultramarina holandesa.

Segundo Boogaart (2005, p. 20), em 1628, a esquadra corsária do holandês Cornelis Jol teria deixado escravos angolanos na ilha para uma tentativa de ocupação, até o início de 1630, quando foram expulsos por ordem do donatário da Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque.

Durante um período da ocupação holandesa, a ilha ficou sob a tutela do donatário Michiel de Pauw, daí a denominação de Pavônia, que a recebera da Companhia das Índias Ocidentais e posteriormente foi sucedido por Willem Joosten Glimmer.

Em março de 1638 Glimmer envia um relatório aos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, narrando sua permanência de cinco anos e meio em Noronha e relatando as dificuldades locais. De fato, os colonos nunca conseguiram manter-se autonomamente na ilha, que em sua opinião, serviria apenas como lugar de desterro para criminosos.

Durante vários anos, a população de Fernando de Noronha se compôs de escravos e algumas dezenas de funcionários da Companhia, soldados, colonos particulares e degredados.

Entre 1650 e o fim da colonização holandesa, em 1654, a ilha tinha uma população total que não passava de 150 pessoas, sendo mais da metade formada por escravos negros. Entre os funcionários da companhia e os colonos particulares, havia grupos de franceses e ingleses.

O governo colonial esperava construir na ilha uma sociedade de cidadãos livres. Para Boogaart (2005, p. 36), "as relações entre brancos e escravos nunca se deram sem tensões e em alguns casos chegaram a ser seriamente perturbadas por rebeliões e conspirações."

Em 1654, com a capitulação holandesa em Pernambuco, em decorrência da Insurreição Pernambucana, os brancos se retiraram de Noronha com seus escravos e embarcaram em navios rumo às ilhas do Caribe. Após a retirada dos holandeses, a ilha permanece despovoada até o período da breve tentativa de colonização francesa.

Em 1695, o governador e capitão geral de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro sugeriu ao governo português a possibilidade de se povoar e fortificar a ilha, para evitar as freqüentes invasões. A questão foi resolvida pela carta régia de 07 de setembro de 1696, com a resolução de se mandar povoar a ilha, resolução esta que não foi cumprida e a ilha continuou abandonada, ficando à mercê de invasores estrangeiros.

A carta régia de D. Pedro II de 24 de setembro de 1700 determina que a ilha de Fernando de Noronha pertença à capitania de Pernambuco, que deveria enviar um destacamento para a sua guarnição. Tal resolução novamente não foi cumprida e a ilha permaneceu abandonada pelos portugueses por mais um período de tempo.

Entre os anos de 1735 a 1737 Noronha é ocupada por franceses da Companhia das Índias Orientais, que perceberam sua importante localização estratégica. Pretendiam a tomada de posse da ilha, que serviria para salvaguardar a saúde de suas equipagens de longo curso, tornando-se uma escala insular disponível no Atlântico Sul. Ideal para as longas viagens, assegurando descanso às tripulações muitas vezes dizimadas pelo escorbuto, além de reabastecer os navios de água doce.

Em meados de 1735, um pequeno destacamento de oficiais franceses é deixado na ilha, e a encontra no mesmo estado de abandono de um ano antes. Constituíram um posto da Companhia Francesa das Índias Ocidentais e deram a Noronha o nome de *Isle Delphine*, por causa dos golfinhos. E assim tem início o empreendimento francês na ilha, que era constituído por algumas poucas habitações, pomares, hortas, plantações de milho, gengibre, tabaco e algodão, criação de aves, suínos e caprinos.

Em maio de 1737, após tomar conhecimento da invasão francesa, a coroa portuguesa ordena ao capitão geral da capitania de Pernambuco, Henrique Luiz Pereira Freire, que organizasse uma expedição para expulsar os piratas franceses de Noronha. A expedição comandada pelo tenente-coronel João Lobo de Lacerda foi exitosa: aprisionou os colonos franceses, que não ofereceram resistência e confiscou seus víveres e equipamentos, encerrando a tentativa francesa de colonizar a ilha. Após a retomada, Lacerda iniciou as obras de alojamento para suas tropas e as obras de fortificação da ilha. Com o fim das ocupações estrangeiras e o início da ocupação portuguesa, Noronha inicia sua longa carreira de colônia penitenciária.

3.2.2 A ilha dos degredados

Quando os portugueses expulsam os franceses, em outubro de 1737, Noronha é então ocupada por Pernambuco e se inicia um período de colonização e desenvolvimento, com a

construção de uma vila, a instalação de uma colônia correccional e de um destacamento militar. A ilha ficou conhecida como "sítio do degredo", com a chegada regular de prisioneiros vindos do continente.

A expedição liderada por Lobo de Lacerda, concluiu, em oito meses, a construção dos fortes de Nossa Senhora dos Remédios, Santo Antônio e Conceição e iniciou trabalhos agrícolas na ilha. Neste período, Pernambuco envia remessas regulares de regimentos de sua guarnição, com seus respectivos oficiais.

O principal núcleo urbano de Noronha, conhecido como Vila dos Remédios, oriundo do séc. XVIII se desenvolveu ao redor de duas importantes edificações, a Igreja e o Forte de Nossa Senhora dos Remédios. Novos núcleos urbanos foram surgindo posteriormente como a Vila da Quixaba, entre outros.

Segundo Costa (1887, p. 26), "em 1755, o presídio contava com cinco fortificações regulares, 54 canhões, 213 praças e seis empregados civis". Alguns anos mais tarde, em 1768, sua população era composta por 389 pessoas, entre oficiais, praças, empregados e índios que se ocupavam nos trabalhos agrícolas.

A intenção inicial do governo português era implantar uma colônia penal agrícola, com a finalidade de tornar menos dispendiosa a sua conservação e fornecer alimento aos correccionais. Esta possibilidade foi descartada, pelo pouco terreno que restava, pela falta de água, e por outros obstáculos que impediram sua implantação.

Segundo Costa (1887, p. 90), a ilha era insignificante por seu tamanho e aridez do solo, mas devia merecer atenção do governo português, por ser um ponto estratégico, que se tomado por alguma nação estrangeira, poderia tornar-se perigoso à soberania do litoral brasileiro. A escassez da produção de gêneros alimentícios não contribuiu para o estabelecimento de colonos, servindo apenas como lugar de desterro para delinqüentes processados. Além do mais, nenhuma embarcação podia abordá-la, para evitar a fuga dos degredados.

Em 1817, após ter proclamado a revolução político-emancipadora e desarmado todas as fortificações, o Capitão José de Barros, representando o governo provisório do Recife, deixou Noronha algumas semanas depois, conduzindo 300 pessoas entre oficiais, empregados, soldados e sentenciados, além de 11 canhões, todos os armamentos e munições de guerra e também todo o arquivo do presídio. Na ilha, restaram apenas dois soldados e suas fortificações e edificios bastante danificados.

Em abril de 1819, o general Luiz do Rego Barreto, então governador da Capitania de Pernambuco, expediu instruções ao comandante do presídio, recomendando o desenvolvimento da agricultura, a propagação de animais domésticos e o estabelecimento da atividade pesqueira em Noronha. Para fomentar o desenvolvimento da agricultura, determinou que fosse criado um núcleo de índios no presídio, aos quais concedeu terras e implementos.

Aos degredados ou deportados que quisessem se estabelecer em Noronha seria concedido um trato de terra, com a condição de, ao saírem da ilha, não deixando filhos, ficar a terra e as benfeitorias pertencendo à nação.

Em 1877 o regime administrativo do arquipélago foi modificado, ficando sob a jurisdição do ministério da justiça até a data de 14 de fevereiro de 1891, quando por imposição do decreto n.º 1371, o território do arquipélago continua a pertencer a Pernambuco, considerando que este estado enviou os primeiros povoadores, nos primeiros anos do século XVII, além de ter expulsado os invasores, e construído as primeiras fortificações. A ilha é transformada em presídio estadual de Pernambuco e é administrada por diretores nomeados pelo estado.

Segundo Penalva (1922, p. 47), "os prisioneiros ficavam em cárceres convencionais, sem grades ou muralhas [...] A única certeza de sua condição de preso, era o desejo de fugir, ganhar novamente a liberdade, ao que se opunha o oceano, carcereiro indômito."

Então, a tudo quanto deixou da outra banda do mar - terra, casa, família, religião, bens, amigos e negócios, passa a chamar de "mundo", porque se julga fóra delle, gravitando em regiões que a seu ver não figuram na extensa cartographia do universo (PENALVA 1922, p. 5).

Em novembro de 1938, a ilha é entregue à União para a instalação de um presídio político, o qual teve curta duração. Além do isolamento geográfico, as dificuldades climáticas e de comunicação e o alto custo financeiro de seu funcionamento contribuíram para a sua desativação. A narração de um ex-presos político sobre Noronha revela a imagem que a ilha despertava naquela época:

Na realidade, preocupávamo-nos com o desconhecido. Só a idéia de ir para Fernando de Noronha era bastante assustadora. No nordeste, o espectro de Fernando de Noronha aparecia como a Ilha Maldita. Ilha do Diabo, de calabouços, tubarões, prisões infectas, doenças, ratos. Fora ilha-presídio durante muito tempo, desde 1877, e as histórias sobre seus prisioneiros horripilavam. De lá era difícil escapar-se (GUIMARÃES 2002, p. 43).

3.2.3 No tempo dos militares

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1941, após o ataque a navios mercantes brasileiros, o governo federal determinou em janeiro de 1942, a ocupação militar do arquipélago de Noronha, em função de sua localização estratégica no Atlântico Sul.

Após a criação do destacamento militar misto, o governo federal, apoiado pelo Conselho de Segurança Nacional, criou em fevereiro de 1942, por meio do decreto n.º 4.102, o Território Federal de Fernando de Noronha. A partir daí, o governo da ilha ficou sob a responsabilidade do comando do destacamento. Os bens situados no local, bem como os impostos e taxas pertencentes ao estado de Pernambuco, foram transferidos para a União.

Com a instalação do destacamento e a chegada dos militares em Noronha, tem início um período de desenvolvimento, em contraponto com o tempo do presídio, caracterizado pelas precárias instalações dos alojamentos e moradias dos prisioneiros. A nova administração constrói casas, hospital, correios e telégrafos, biblioteca, estação de rádio, cinema, armazém, padaria, depósito de combustível, câmara frigorífica, entre outros estabelecimentos, o que proporciona a vinda para a ilha de firmas construtoras e seus operários que acabam por nela fixar residência.

Durante a Segunda Guerra o espaço físico insular foi definitivamente transformado. Além do comando militar instalado, cerca de três mil pracinhas ocuparam a ilha e precisavam de abrigo. A urgência gerava novos núcleos habitacionais. Outras mudanças ocorreram e surgiram áreas hierarquizadas de lazer, como os clubes de soldados, de sargentos, de oficiais e de civis.

O estabelecimento do destacamento culminou com a transferência de parte dos presos comuns para outras prisões e os presos políticos para o presídio da Ilha Grande no Rio de Janeiro. Em Noronha, ficaram cerca de 260 presos comuns que trabalhavam para a administração e os presos militares, que com a guerra, eram numerosos.

Durante o período de guerra, forças militares norte-americanas também estiveram baseadas em Noronha, ao sul da ilha, mantendo contato constante com o comando militar brasileiro. Cerca de 300 norte-americanos ficaram instalados na ilha para a cooperação técnica.

Algumas benfeitorias realizadas ficaram como herança da ocupação militar norte-americana em Noronha, como a instalação das escadas de acesso ao Pico e à praia do Sancho, a

construção da placa de captação de água pluvial, a construção de alojamentos que serviam de moradia para os militares, além de melhorias feitas na pista do aeroporto.

A presença norte-americana em Noronha ficou marcada pela segregação entre os militares norte-americanos e os brasileiros, e principalmente pela exclusão dos ilhéus, que eram proibidos de ultrapassar as áreas ocupadas pelos estrangeiros, como a baía do Sueste em 1942, e a praia do Boldró em 1957, áreas que eram reservadas para a base norte-americana, e tiveram seu acesso interdito.

A definição de Noronha como unidade militar, caracteriza a implementação de uma estrutura administrativa fortemente hierarquizada, em que as funções eram distribuídas entre os militares mais graduados. Os civis só participavam desta estrutura administrativa por meio de apoio operacional, desempenhando funções hierarquicamente mais baixas, pois eram impedidos de assumir cargos melhores.

A implantação de um código de prescrições e proibições culminou nas regras de convivência entre militares, civis e detentos, baseadas nas noções de disciplina, servidão e obediência. Com o tempo, o tecido social de Noronha foi marcado por elementos de distinção, resultado do sistema administrativo hierárquico comandado pelos militares, que exerciam um poder soberano, reforçado por uma vigilância constante e eficaz sobre tudo e todos.

Segundo Peixoto (1988, p. 31), a comunidade se sentia constantemente vigiada, identificando os governantes como "donos" do território. "Os militares tratavam os civis como subalternos, confiscando produtos, discriminando espaços para moradia e lazer e se apropriando de casas construídas pelos próprios moradores."

Para a comunidade, o território pertencia aos militares. Esta concepção estava tão arraigada, que mesmo os residentes que não prestavam serviço para a administração, prestavam obediência aos militares por terem obtido permissão para viver em Noronha. A rígida disciplina era imposta por condições de trabalho e residência, diretamente ligadas à hierarquia e ao domínio militar.

A exclusão dos civis na participação da administração do território tornou-se uma herança do tempo do presídio, em que Noronha era dividida entre funcionários e sentenciados. Esta dicotomia se manteve durante todo o governo militar.

A delimitação entre o mundo civil e o militar era reforçada pelo distanciamento mantido pelos militares e pela maneira como estes percebiam os civis. Segundo Peixoto (1988, p.

40), "eram vistos como cachaceiros, mentirosos e baderneiros. Tal percepção não se tratava apenas de uma classificação de conduta dos civis, mas um meio eficaz de controle social e segregação, além de justificar as medidas punitivas que impunham à comunidade."

A comunidade, que em sua maioria era composta por sertanejos e trabalhadores vindos da região canavieira nordestina, concordava de maneira velada com o governo, porque se sentia amparada pela tutela militar, que fornecia terra, moradia, trabalho, educação e assistência médica entre outros benefícios.

O governo militar, no melhor estilo paternalista, apresentava-se como fornecedor de condições materiais e assistenciais, seduzindo a comunidade com vantagens de uma vida estável e protegida. A comunidade aprendeu a obedecer e a conviver em um espaço urbano hierarquizado, vila para os civis e vila para os militares, fator que definia a posição social de cada um dentro do território insular.

O domínio militar em Noronha vigorou por 45 longos anos. Entre 1942 e 1981 a administração foi feita por militares do exército. Após este período, até 1986, por militares da aeronáutica, de 1986 a 1987 pelo Estado Maior das Forças Armadas - EMFA, e por fim, ainda em 1987 sob o comando do Ministério do Interior - MINTER, quando foi nomeado o primeiro governador civil de Noronha, o Sr. Fernando César Mesquita.

Durante o governo do EMFA, por meio do decreto n.º 92.755, de 05 de junho de 1986, o então presidente José Sarney declara área de proteção ambiental o Território Federal de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo.

O movimento de abertura política no cenário nacional, e conseqüentemente, o enfraquecimento do poder militar culminaram com a desmilitarização do Território Federal de Fernando de Noronha. Em 1988, a Assembléia Nacional Constituinte aceita a reanexação de Noronha ao estado de Pernambuco a partir do projeto do Deputado Federal José de Moura.

A constituinte do estado de Pernambuco define a situação administrativa do arquipélago como distrito estadual, conduzido por um administrador indicado pelo governador do estado, com a aprovação da assembléia legislativa de Pernambuco.

O término do governo militar encerra um capítulo emblemático na história da ilha. O "tempo dos militares" deixou profundas marcas e referenciais imbricados e interiorizados na comunidade noronhense.

3.3 Aspectos turísticos

Durante a transição do governo militar para o governo civil, a comunidade noronhense enfrentou uma reestruturação nos seus modos de vida e produção, nas relações sociais, nos valores culturais e em todas as dimensões sociais, políticas e econômicas. E é justamente em meio a esse processo de substituição, que o turismo surge nesse contexto material e simbólico como atividade econômica dominante.

O turismo tem início na ilha como parte do processo de transição para o governo civil, para alavancar o desenvolvimento local, quando os governantes perceberam a necessidade de exploração do enorme potencial turístico insular.

O turismo desperta a atenção do governo no ano de 1959, quando é solicitada à Comissão Brasileira de Turismo uma avaliação do potencial turístico paisagístico local. As primeiras viagens organizadas para Noronha aconteceram em 1963, quando aviões da Força Aérea Brasileira - FAB e vôos comerciais de carga, começaram a levar alguns turistas por semana. As viagens turísticas foram interrompidas em 1964, quando a ilha passou a abrigar o presídio político.

Após um período de 10 anos, o governo do arquipélago assina um convênio com a companhia aérea Transbrasil, para a implantação de um voo regular semanal e inaugura o Hotel Esmeralda, construído na antiga base americana no Boldró.

No período em que o Comando da Aeronáutica assume o governo do arquipélago, de 1981 até 1986, há uma abertura maior para o continente, quando se destaca a atividade turística que passa a ser valorizada pelo governo da época.

Durante o governo civil de Fernando César Mesquita, é firmado um convênio com o Ministério da Indústria e Comércio, visando a realização de estudos e pesquisas e a elaboração de normas destinadas ao desenvolvimento turístico do então Território Federal de Fernando de Noronha.

No final da década de 80, são marcantes as transformações ocorridas na ilha e o turismo começa a se consolidar como principal atividade econômica, pelo seu enorme potencial ainda pouco explorado, em função da ocupação militar.

Os meios de hospedagem nesta época eram escassos. Em 1989, a ilha contava apenas com 90 leitos, sendo 80 leitos na Pousada Esmeralda e 10 leitos na pensão da Dona Pituca. Com o aumento da atividade turística, surgiu o sistema de hospedagem familiar, transformando residências de moradores em hospedarias para turistas. Paralelamente, apareceram equipamentos de apoio, como lojas, restaurantes, empresas de mergulho e um comércio informal.

Antes da criação do PARNAMAR, a ilha possuía 120 leitos, apenas três restaurantes, quatro bares e uma loja de souvenir. Os veículos que conduziam os turistas se limitavam a dois jipes, dois ônibus, e quatro barcos. Os turistas chegavam no único vôo diário de passageiros, que era operado por um avião Bandeirantes com capacidade para 16 passageiros.

Em 29 de dezembro de 1989 é instituída a Taxa de Preservação Ambiental - TPA, pela Lei n.º 10.403, determinando que esta será cobrada a todas as pessoas não residentes ou domiciliadas no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, que estejam em visita, de caráter turístico ou a serviço de empresas privadas e calculada em termos proporcionais ao tempo de permanência no arquipélago.

Entre 1988 e 2007, a população residente da ilha, incluindo moradores permanentes e temporários, passou de 1.500 para 3.456, devido à imigração de pessoas para trabalhar nos postos de serviços abertos pelo turismo. Em junho de 2003, o arquipélago contava com 112 pousadas, totalizando 1.260 leitos, além de 17 restaurantes, 20 bares e lanchonetes e 18 lojas de souvenir.

Atualmente, segundo dados fornecidos pela ADEFN, existem pouco menos de 100 pousadas em funcionamento, 26 restaurantes, 23 bares e lanchonetes, 21 lojas de souvenir e 65 locadoras de veículos. O número máximo de pousadas permanece limitado a 100, em função de restrições impostas pelo Plano de Manejo da APA/FN (2005), que impede a abertura de novos meios de hospedagem, até que seja concluído o estudo de capacidade de suporte e o plano de gestão turística da ilha.

Desde o início da exploração da atividade turística, já havia uma preocupação com o desenvolvimento local e com o aumento do fluxo de turistas no arquipélago. Por estas razões, em 1989, foi realizado o primeiro estudo de capacidade de carga, considerando a disponibilidade de leitos, o abastecimento de água e as recomendações da Organização Mundial do Turismo - OMT para ilhas oceânicas de origem vulcânica, que indica de 15 a 20 turistas por dia/km². Noronha tem seu limite estabelecido em 200 turistas por dia.

Em 1995, com o aumento da demanda turística e com a pressão da comunidade local, a ADEFN estabeleceu, por meio da portaria n.º 025/95, o limite de 420 turistas por dia, que foi posteriormente alterado pela instrução normativa n.º 01/2000, definindo o limite máximo de 450 turistas por dia.

A busca pelo desenvolvimento sustentável no arquipélago é uma imposição legal determinada em sua Lei Orgânica (1995): "O DEFN rege-se pelo princípio do desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que atende às necessidades básicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades."

A diretriz governamental para o desenvolvimento sustentável, segundo a Lei Orgânica do distrito (1995), também destaca o turismo: "fomentar o turismo ecológico como uma das principais atividades econômicas do arquipélago, respeitadas as limitações ambientais."

Mesmo com todas as restrições impostas pela legislação em vigor, o turismo tem se mostrado impactante ao meio natural. Segundo estudo realizado por Lima (*apud* VITORINO, 2003, p. 34), os principais problemas socioambientais detectados em Noronha são: a ultrapassagem da capacidade de carga estabelecida do número de visitantes por dia; o aumento do lixo e esgoto; o colapso no abastecimento de água; a erosão; o assoreamento do mangue; a descaracterização da paisagem pelo aumento de construções; o tráfego intenso de barcos; o pisoteio dos corais; a superlotação de sítios frágeis; a falta de planejamento para o turismo; e a não implementação de atividades programadas no plano de manejo.

As soluções por ele apontadas seriam o monitoramento ecológico, a definição da capacidade de carga para diferentes áreas, a consolidação do plano de manejo e seus programas e o planejamento turístico de maneira participativa com a comunidade.

Segundo Lévêque (*apud* VITORINO, 2003, p. 34), "atualmente, a participação da comunidade na concepção e gestão das áreas protegidas é fundamental para garantia de efetividade dos projetos". A comunidade local deve ser encorajada à gestão ambiental e para isso é preciso melhorar seu nível de vida, criando condições e estímulo econômico para isso. O ecoturismo é o segmento com maior destaque em Fernando de Noronha, e pode ser visto como um elo de sustentabilidade no processo de desenvolvimento local.

O turismo é a principal atividade econômica da ilha e gerou transformações no modo de vida insular em todos os sentidos, desde mudanças nas atividades econômicas preexistentes, como a agricultura, a pecuária e a pesca, alterando o cotidiano da comunidade, passando por

mudanças no visual da ilha com novas construções, na estrutura das habitações, que foram adaptadas para hospedagem, até na relação entre os moradores.

No discurso dos ilhéus há um grande reconhecimento de que o turismo é positivo para a localidade, trazendo divisas e gerando empregos para todos, mas paralelamente percebe-se uma certa rejeição à atividade turística, como algo que mudou o modo de vida da comunidade, trazendo ganância, ambição e individualismo.

Segundo Calvente (1997, p. 105), "a atividade turística é considerada positiva pela população local quando esta mantém o território e negativa quando ocorre o inverso."

A ilha tem um elevado custo de vida, uma vez que depende do continente para seu abastecimento, o que encarece acentuadamente os produtos e serviços para seus moradores, que em sua maioria, não têm poder de compra para consumir o produto turístico por ela ofertado.

Os pacotes turísticos para Noronha são caros se comparados com outras localidades ecoturísticas, por vários motivos: distância do continente; poucas opções de vôos; altas tarifas cobradas pelas companhias aéreas e pousadas, que dispõem de poucas unidades habitacionais; e cobrança da TPA.

Todos estes fatores citados contribuem para que o turismo na ilha seja elitizado, voltado para um público de alto poder aquisitivo. Lage e Milone (2000, p. 197), afirmam que "os turistas têm sempre uma capacidade de gastar mais que os residentes, seja porque dispõem de um poder aquisitivo maior, seja porque poupam mais para as viagens e sentem maior inclinação para isso, por estarem gozando situação de férias."

Para uma melhor compreensão da evolução do turismo em Noronha e suas conseqüências para a comunidade, foram avaliados tabelas e gráficos fornecidos pela administração local.

Conforme os dados obtidos pode-se verificar o crescimento gradativo do fluxo de turistas entre os anos de 1991 a 2006, com destaque para o ano de 2002 que teve o maior número de turistas; e a freqüência mensal demonstrando a alta temporada no mês de janeiro (TAB. 1). Assim como a procedência dos turistas, com predominância para os brasileiros correspondendo a 80% no ano de 2006 (TAB. 2).

TABELA 1
Fluxo de turistas em Fernando de Noronha 1991 - 2006

MÊS/ANO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Janeiro	...	1.280	...	4.155	4.934	5.339
Fevereiro	...	792	...	2.701	3.842	3.594
Março	...	736	...	1.611	...	567	1.018	1.152	4.111	4.031
Abril	470	398	...	1.104	...	432	1.027	1.025	3.658	3.132
Mai	437	296	...	788	350	289	692	881	1.043	2.366
Junho	366	204	...	231	340	195	458	895	3.078	2.386
Julho	830	1.440	299	150	428	506	5.376	4.324
Agosto	424	720	201	168	405	606	4.302	2.981
Setembro	512	1.086	377	401	702	785	4.774	3.479
Outubro	489	1.392	245	327	587	683	4.865	3.959
Novembro	458	1.234	182	257	573	761	4.006	...
Dezembro	449	516	360	319	764	720	3.545	...
Total	4.435	10.094	...	10.590	2.354	3.105	6.654	8.014	47.534	35.591

MÊS/ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Janeiro	6.569	6.626	5.033	6.294	5.685	5.379
Fevereiro	4.645	4.569	3.898	4.381	4.056	3.786
Março	4.156	5.223	4.533	4.292	4.358	4.208
Abril	3.777	4.212	3.953	3.815	3.253	3.654
Mai	2.868	4.762	2.914	2.896	3.654	2.962
Junho	2.962	3.980	3.048	3.118	2.904	2.807
Julho	6.191	6.552	4.700	4.873	5.116	3.703
Agosto	4.981	5.798	4.998	5.429	5.548	4.351
Setembro	5.881	5.903	4.335	5.141	5.031	4.544
Outubro	6.093	5.991	4.989	5.552	5.303	5.047
Novembro	4.773	4.844	4.492	4.566	4.863	4.292
Dezembro	4.672	4.091	4.570	4.509	4.470	4.640
Total	57.568	62.551	51.463	54.866	54.241	49.373

Fonte: Aeroporto / ADEFN, 2007.

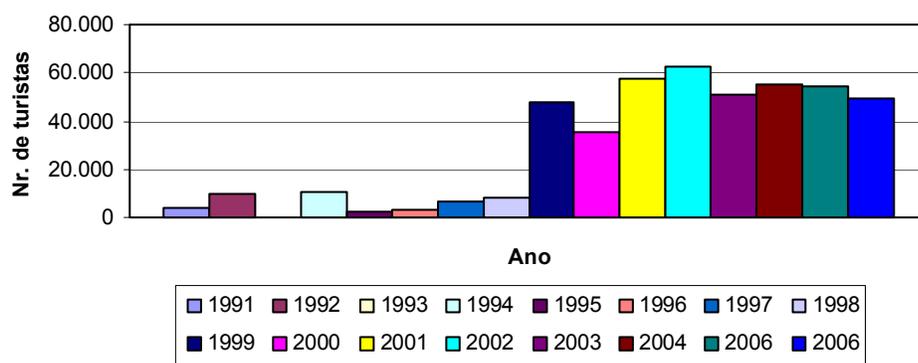


GRÁFICO 1 - Fluxo de turistas em Fernando de Noronha 1991-2006

Fonte: Aeroporto / ADEFN, 2007.

TABELA 2

Fluxo de turistas em Fernando de Noronha (nacionalidade)

ANO 2006	Brasileiros	Estrangeiros	Total turistas
Janeiro	4.544	835	5.379
Fevereiro	3.037	749	3.786
Março	3.355	825	4.180
Abril	2.888	766	3.654
Maiο	2.556	416	2.972
Junho	2.272	535	2.807
Julho	2.869	834	3.703
Agosto	2.313	2.038	4.351
Setembro	3.902	642	4.544
Outubro	4.352	695	5.047
Novembro	3.546	746	4.292
Dezembro	3.853	787	4.640
Total	39.487	9.868	49.355

Fonte: Aeroporto / ADEFN, 2007.

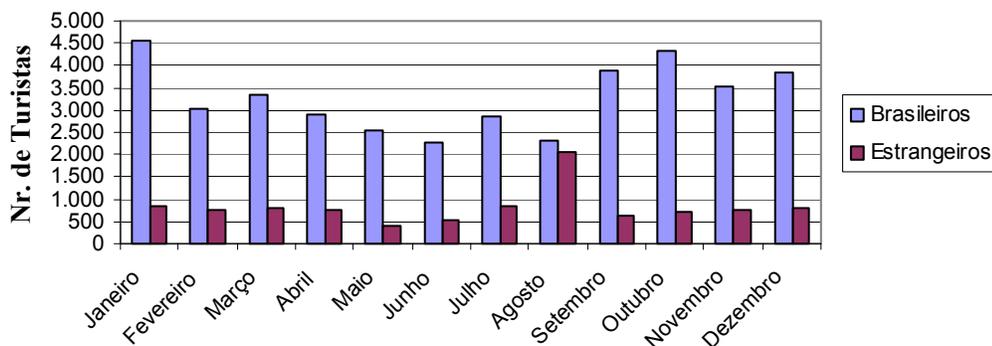


GRÁFICO 2 - Fluxo de turistas em Fernando de Noronha (nacionalidade)

Fonte: Aeroporto / ADEFN, 2007.

3.3.1 Atrativos

O destaque de Fernando de Noronha é o fascínio que sua natureza exuberante exerce sobre as pessoas, seus atrativos consagram a vocação turística da ilha. Vespúcio (1984) em suas cartas sobre o Novo Mundo, ao conhecer a ilha teria dito: "o paraíso é aqui."

A ilha atrai, cada vez mais, um número maior de turistas e novos moradores que são seduzidos pelo mito do paraíso. É preciso conhecer a ilha e seus atrativos, para entender o

fascínio que ela exerce. Como declarou Marcondes (*apud* LIMA, 2000, p. 99): "Que sei eu sobre Fernando de Noronha? Eu só sei viver aquela ilha, mas não sei descrevê-la."

A paisagem do arquipélago é formada por um conjunto de elementos naturais, como rochas vulcânicas, transparência da água, presença diversificada da fauna, encostas elevadas que formam íngremes paredes, monumentos geológicos, várias praias, e o mar, elemento principal desse cenário.

O principal atrativo turístico de Noronha são suas praias, que são divididas por sua localização no mar de dentro ou no mar de fora. O mar de dentro, voltado para o continente brasileiro, tem águas predominantemente verdes, com praias que podem ser alcançadas com uma curta caminhada e com águas mais calmas. O mar de fora, voltado para o continente africano, possui águas mais revoltas, de coloração azul intenso. As praias da ilha principal do arquipélago são:

Mar de dentro

- Baía de Santo Antônio: Ancoradouro natural no mar de dentro, é utilizada como porto de carga e descarga de embarcações;
- Praia da Biboca: Acesso feito a nado, tornando-a pouco freqüentada. Sendo profunda, forma várias piscinas naturais na maré baixa;
- Praia do Cachorro: A mais urbana da ilha, quando a maré está baixa, surge a formação de uma piscina natural, o "buraco do galego";
- Praia do Meio: Localizada entre as praias do Cachorro e da Conceição, com ondas médias e fortes, principalmente no período de dezembro a fevereiro quando há prática de surf;
- Praia da Conceição: Praia favorita dos ilhéus, de fácil acesso e presença de bares, também procurada para a prática de surf;
- Praia do Boldró: Na maré alta possui ondas perfeitas para o surf. Abriga o dessalinizador marinho da ilha;
- Praia do Americano: Pequena e pouco freqüentada, é procurada por quem prefere privacidade;
- Praia do Bode: Vista privilegiada do Morro dos Dois Irmãos, um dos cartões postais da ilha, procurada para prática de pesca artesanal;

- Praia da Quixabinha: Localizada entre as praias do Bode e Cacimba do Padre, também procurada para prática do surf;
- Praia da Cacimba do Padre: É muito procurada para a prática de surf, abrigando um campeonato que ocorre anualmente em janeiro;
- Baía dos Porcos: Eleita uma das 10 praias mais bonitas do Brasil, por publicações de turismo, seu entorno é composto por uma paisagem de beleza exótica, é muito procurada para mergulhos livres;
- Baía do Sancho: Considerada a praia mais bonita da ilha e uma entre as 10 mais bonitas do mundo, por publicações especializadas. É marcada pela presença de falésias. O acesso à baía é feito por barcos ou por escadas encrustradas em sua falésia (FIG. 2);
- Baía dos Golfinhos: Suas águas calmas são utilizadas pelos golfinhos rotadores para reprodução e descanso. No alto de suas falésias, há um mirante para apreciação da paisagem e dos golfinhos.

Mar de fora

- Praia do Leão: Localizada dentro da área do parque, é marcada por dois grandes rochedos que estão localizados ao largo da praia. Está incluída entre as mais bonitas do Brasil, por publicações especializadas em turismo;
- Baía do Sueste: Localizada dentro da área do parque, é marcada pela presença de um mangue, único em ilhas oceânicas no Atlântico Sul, pouco profunda e com águas tranquilas é muito procurada para banhos e mergulhos livres;
- Praia da Atalaia: Na maré baixa ocorre a formação de piscinas naturais com áreas de corais, ideal para mergulhos livres, sendo sua visitação controlada por fiscalização permanente do IBAMA;
- Praia da Caieira: Marcada por um trecho de pequenas falésias ao norte, praias de seixos ao sul e piscinas naturais na maré baixa.

Além de suas belas praias, a ilha conta com outros atrativos naturais que se destacam em sua paisagem, como o Morro do Pico, principal formação insular com 320m de altitude, dominando toda a paisagem, entre outros rochedos espalhados por todo o arquipélago. São 14 ao

todo, sendo o Morro dos Dois Irmãos, o mais famoso entre os turistas (FIG. 4). Destaque também para o Buraco da Raquel, formação rochosa com uma passagem na sua parte inferior localizada nos alagados entre a enseada da Caieira e o mirante da *Air France*.

Os atrativos naturais são diversos e atraem um grande número de turistas que visitam a ilha. Além deles, há também os atrativos histórico-culturais que foram erguidos na ilha desde os primórdios de sua ocupação humana. Considerando a importância da localização estratégica do arquipélago, a Capitania de Pernambuco, resolveu fortificá-lo. Ao todo 10 fortes foram construídos, sendo nove na ilha principal, e um em uma ilhota próxima ao porto de Santo Antônio, para defender o principal ancoradouro existente.

Entre eles se destaca o Forte de Nossa Senhora dos Remédios, antiga fortaleza colonial construída em 1737, com uma visão panorâmica do lado nordeste da ilha (FIG. 3). Por suas proporções e solidez foi a mais importante entre as 10 fortificações erguidas neste período, sendo tombado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN em 1961.

Outros monumentos foram erguidos na ilha e são atrativos histórico-culturais para a visitação de turistas, como a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, situada na Vila dos Remédios, tombada pelo SPHAN em 1981, restaurada em 1988 e revitalizada em 1998.

Há também a Capela Nossa Senhora da Conceição, na Vila da Quixaba, erguida em 1889 por sentenciados. A Capela de São Pedro dos Pescadores, localizada nas proximidades do Porto Santo Antônio e o Palácio São Miguel, localizado na Vila dos Remédios, que foi erguido entre os anos de 1945 e 1947, sobre as ruínas da diretoria do presídio, para sediar o governo do então território federal. Atualmente funciona como sede administrativa do DEFN.

3.4 Unidades de conservação

A reanexação ao estado de Pernambuco, definida pela constituição de 1988, e conseqüentemente, a criação das unidades de conservação da natureza, transformaram de maneira definitiva a vida insular, como um divisor de águas na história do arquipélago e em sua estrutura social (FIG. 6).

As unidades de conservação da natureza são áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e manejo, com a finalidade de preservação e proteção da fauna e flora, das tradições culturais e das belezas paisagísticas dependendo da categoria em que se enquadram.

Segundo definição do IBAMA para unidade de conservação, conforme a lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000, esta se caracteriza por espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, também instituído pela lei n.º 9.985, é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das mesmas. O SNUC tem o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA como órgão consultivo e deliberativo, o Ministério do Meio Ambiente como coordenador, e como órgãos executores, o IBAMA e correspondentes estaduais e municipais. O SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos:

- Unidades de proteção integral que objetivam preservar a natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, desde que não envolvam consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Nesta categoria se enquadram os parques nacionais;
- Unidades de uso sustentável que objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos, por meio do uso direto, permitindo a coleta e o uso dos recursos naturais de maneira racional, de modo socialmente justo e economicamente viável. Nesta categoria estão incluídas as áreas de proteção ambiental.

Atualmente, a maior parte das ilhas brasileiras está protegida por algum instrumento de proteção ambiental, considerando a natureza peculiar dos ecossistemas insulares. Entretanto, mesmo com a existência de muitos instrumentos legais para a conservação, as investidas contra os ambientes insulares têm aumentado nos últimos anos, em função de sua supervalorização econômica, da especulação imobiliária e do turismo predatório.

A preocupação do IBAMA em criar uma unidade de conservação em Noronha surgiu na década de 70, quando a proteção da área chegou a ser recomendada por organismos

internacionais, reforçando o compromisso do país em proteger seu patrimônio natural. Nesta época, várias tentativas foram feitas para transformar a ilha em pólo turístico, o que gerou preocupação nas comunidades científicas e ambientais, culminando com a adoção de medidas definitivas para a preservação de seus recursos naturais.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA articularam-se junto às autoridades responsáveis pelo desenvolvimento de projetos para o arquipélago, para sensibilizá-las quanto à importância da implantação de um parque nacional marinho que concentraria a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento em bases controladas das atividades turísticas.

Um grupo de trabalho composto por vários órgãos foi constituído para compatibilizar a proposta de criação do parque, com o zoneamento agro-ecológico estabelecido por técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. O grupo estabeleceu uma proposta consensual de limites, com a aprovação da comunidade e dos demais órgãos envolvidos, que foi transformada em minuta de decreto e enviada ao Ministério da Agricultura na época.

Em 14 de setembro de 1988, pelo decreto presidencial n.º 96.693, foi criado o PARNAMAR, abrangendo uma área correspondente a 70% do total do arquipélago e administrada pelo IBAMA.

O PARNAMAR compreende aproximadamente 50% da área da ilha principal, todas as demais 17 ilhas secundárias e a maior parte das águas adjacentes até a profundidade de 50 metros, totalizando uma área de 112,7 km².

O parque tem como objetivos específicos: preservar o ecossistema marinho; proteger a tartaruga Aruanã (*Chelonia midas*); garantir a reprodução e o crescimento do golfinho-rotador (*Stenella longirostris*); e proteger os corais da região.

Em 07 de abril de 1989, o governo pernambucano edita o decreto estadual n.º 13.555, estabelecendo a Área de Proteção Ambiental Estadual de Fernando de Noronha, onde está localizada toda a ocupação permanente de moradia, atividade agropecuária, e instalações de infra-estrutura.

Os objetivos específicos da APA são: proteger e conservar a qualidade ambiental e as condições de vida da fauna e da flora; compatibilizar o turismo organizado com a preservação dos recursos naturais; e conciliar a ocupação humana com a proteção ao meio ambiente.

Em junho de 1989, o IBAMA firmou um convênio com a Fundação Pró-Natureza - FUNATURA, para a elaboração do plano de manejo para o PARNAMAR. Em novembro do mesmo ano, uma equipe composta por técnicos das duas instituições realizou coleta de dados de campo para a realização do plano.

Além do PARNAMAR e da APA, o arquipélago também está inserido em uma categoria internacional de unidade de conservação, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. As reservas internacionais são estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência - UNESCO, a partir do programa intergovernamental “O Homem e a Biosfera”, que prevê a criação de reservas da biosfera, que são porções representativas de ecossistemas terrestres ou costeiros, reconhecidas pelo programa internacional.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi reconhecida pela UNESCO em 1991, abrangendo áreas dos estados do sudeste, e os remanescentes deste bioma nos estados nordestinos foram reconhecidos em 1993. No arquipélago de Fernando de Noronha encontram-se os últimos vestígios de mata atlântica insular e o único manguezal oceânico do Atlântico Sul.

As condições ambientais do arquipélago também atraíram a atenção de ambientalistas e organizações conservacionistas em todo o mundo para sua inclusão na lista de patrimônio natural da humanidade, sendo elaborado um detalhado documento de proposição, caracterizando todo seu patrimônio ambiental.

Após ter sido inscrito no seletivo grupo de lugares reconhecidamente especiais, em 16 de dezembro de 2001, Fernando de Noronha recebe o título concedido pela UNESCO, de Sítio do Patrimônio Mundial Natural reafirmando a importância ambiental do arquipélago e fomentando o turismo pela procura crescente de visitantes de todo o mundo.

Estar incluído na lista dos Patrimônios Mundiais Naturais assegura ao arquipélago uma atenção constante e a preocupação internacional em relação ao seu estado de conservação. Além disso, há um esforço em divulgar os Patrimônios Naturais e Culturais, o que promove o reconhecimento internacional do Arquipélago de Fernando de Noronha, podendo atrair o interesse de instituições de pesquisa que financiam projetos de conservação, como por exemplo: o Projeto TAMAR para a conservação das tartarugas marinhas e o projeto Golfinho Rotador, ambos sediados na ilha (FIG. 8).

As reservas da biosfera são importantes pontos localizados para a pesquisa científica e desempenham um papel fundamental na compatibilização da conservação de um ecossistema,

com a busca permanente de soluções para os problemas das populações locais, além de tentar compensar as necessidades de gestão integrada das áreas protegidas, que muitas vezes desprezam a presença humana em suas circunvizinhanças.

A principal função das reservas da biosfera é criar oportunidades para que as populações que vivem dentro ou perto delas desenvolvam relacionamento equilibrado com a natureza e, ao mesmo tempo, demonstrar as possibilidades de um futuro sustentável.

Em Noronha, o entendimento da comunidade em relação à conservação dos recursos naturais existentes no Arquipélago foi gerado, principalmente, com a criação do PARNAMAR. A relação entre o parque e a comunidade é muito estreita, fazendo com que as atividades desenvolvidas por ambos, reflitam imediatamente uma sobre a outra. Atividades como a agricultura, a pecuária e a pesca, importantes para o entendimento da cultura local, e praticadas na ilha anteriormente, tiveram que ser reestruturadas após a criação das unidades de conservação.

Os relatos da comunidade a respeito da vida insular antes da criação do parque são unânimes quanto à importância da vida no mar e da extração dos recursos naturais. A pesca, o mergulho e a cata de caranguejos eram práticas comuns dos ilhéus, que foram regulamentadas pelo IBAMA (FIG. 10).

Quanto à pesca, apesar de ser uma atividade com um importante significado para a cultura local, não se trata de uma cultura tradicional, pois não era uma atividade permitida na época do presídio para evitar fugas, e foi introduzida como atividade econômica somente com o governo militar.

Para Arruda (1997, p. 89), "é importante valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, mantendo seu padrão de uso dos recursos naturais. As comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e à mudança cultural". Para o autor, nem todos são ambientalistas, porém reside entre a comunidade um grande conhecimento empírico do espaço insular em que vivem, e das particularidades de seu ecossistema.

A oposição entre a comunidade e as necessidades de conservação dos recursos naturais, conforme Arruda (1997, p. 81), "é traduzida pela crítica às características do modelo de conservação vigente e pela procura de uma compreensão mais precisa destas comunidades, de seu padrão de ocupação do espaço insular e da utilização dos recursos naturais."

Nos depoimentos dos ilhéus, percebe-se que a transição para o parque aconteceu de forma brusca, sem um trabalho gradual com a comunidade e sem levar em consideração o saber local e a relação dos ilhéus com a natureza. Sobre as mudanças ocorridas com a criação do parque, muitos relatos mencionam as proibições impostas relacionadas à conservação ambiental, que ao longo dos anos, passaram a ser mais bem aceitas. Com o tempo, os ilhéus se acostumaram com as leis, reconhecendo que o espaço insular era pequeno e que infringi-las gerava severas punições.

Além da regulamentação imposta pelo IBAMA para a conservação ambiental, a comunidade se ressentiu com a rigidez imposta pelo plano de manejo da APA que impede a expansão da área urbana. A comunidade fica restrita a uma área limitada, sem possibilidade de novas construções ou mesmo ampliação de suas residências. Com o aumento crescente da população, a questão da moradia se tornou um problema sério para os moradores e para a administração local.

Em uma área protegida, é obrigatória a criação de um plano de manejo, que é responsável pela ordenação e definição do uso e ocupação do solo, além de proteger a diversidade biológica, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes na área e em seu entorno, preservando-a para as futuras gerações. Em muitos casos, os planos são incompletos quanto às características socioantropológicas e ecológicas do ambiente insular, e na definição dos planos de zoneamento da área. A definição dos limites obedece a critérios cartográficos, em muitos casos, distantes da realidade local.

Em planos de manejo de áreas insulares, baseados nos critérios continentais, é possível detectar algumas falhas como, por exemplo, mau uso do conceito de capacidade de suporte humano; apresentação de dados socioambientais fragmentados e não articulados; falta de detalhamento dos aspectos socioculturais e de áreas utilizadas para a pesca; e falta de análise dos efeitos antrópicos.

Alguns autores criticam os planos de manejo propostos, ao abordarem as ilhas como ambientes semelhantes às áreas continentais. Para Furlan (1997, p. 50), os planos de manejo insular, "são falhos ao aplicar de forma aleatória as categorias de zoneamento previstas para os parques continentais, generalizando os dados e até mesmo utilizando dados baseados na realidade continental para inferir sobre a capacidade de suporte do meio ambiente."

Ainda segundo Furlan (1997, p. 55) os principais impactos sociais em áreas insulares protegidas são: "o êxodo e o empobrecimento, o abandono das atividades tradicionais, a degradação da vida comunitária, a dependência do estado, a perda dos conhecimentos empíricos, e as novas ocupações do solo."

Como consequência de uma abordagem que reduz o ambiente insular apenas aos componentes naturais, percebe-se a exclusão dos moradores e de seus vínculos socioculturais e econômicos, e a ocorrência de graves impactos sociais, quando não há participação da comunidade local nos projetos conservacionistas. As questões relacionadas aos impactos sociais em áreas insulares são aprofundadas no próximo capítulo, a partir da percepção dos moradores antigos da ilha e da forma que lidam com estas questões.

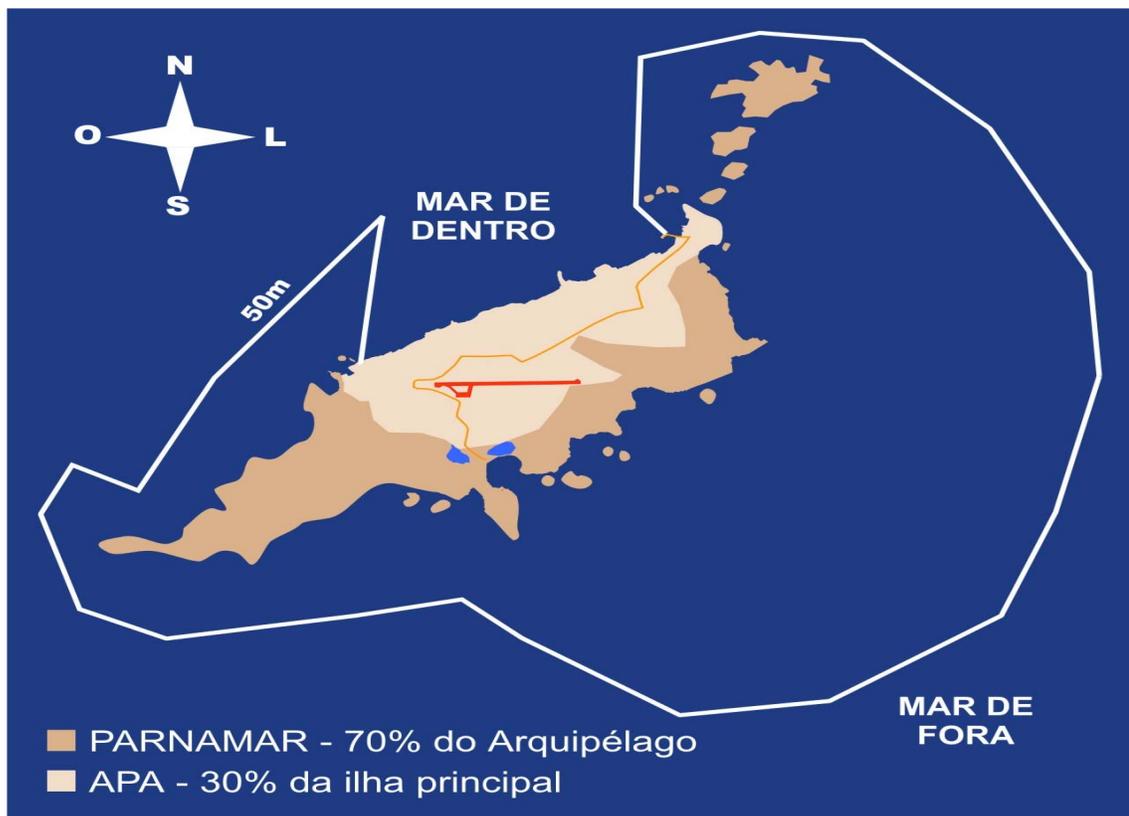


FIGURA 6 - Mapa das Unidades de Conservação do Arquipélago de Fernando de Noronha
Fonte: ADEFN



FIGURA 7 - Atobá
Fonte: Michele Roth



FIGURA 8 - Projeto TAMAR
Fonte: Michele Roth



Foto: Michele Roth

FIGURA 9 - Pescador com tarrafa
Fonte: Michele Roth



Foto: Michele Roth

FIGURA 10 - Barco de pesca
Fonte: Michele Roth

4. IMPACTOS DO TURISMO EM FERNANDO DE NORONHA

4.1 Haoles e turistas

Após 1988, com as mudanças administrativas ocorridas em Noronha, a vida insular foi completamente transformada. Acompanhando as mudanças administrativas, destacam-se o crescimento do turismo como principal atividade econômica e o aumento populacional com um novo perfil de migrantes, que geraram mudanças na delimitação do espaço insular e introduziram novas formas de viver.

O turismo atraiu rapidamente muitas pessoas "de fora", que migraram para a ilha em busca de novas oportunidades e empregos, o que era possível nesta época, pois ainda não havia um rígido controle migratório. O próprio governo pernambucano incentivou essa migração, visando o desenvolvimento econômico da ilha.

Atualmente, além dos turistas, a ilha continua recebendo muitos novos moradores, que vêm a trabalho e têm sido motivo de preocupação para a administração e para a comunidade, no que diz respeito ao aumento da quantidade de pessoas que permanecem na ilha, em função do mercado potencial de trabalho. Estes moradores temporários, muitas vezes melhor qualificados, concorrem com os ilhéus na obtenção de trabalho e no estabelecimento de empreendimentos comerciais.

No censo demográfico, realizado em 2003, pelo IBGE, o arquipélago contava com 2.165 habitantes. Este número não é absoluto, pois não considera a população temporária da ilha, atualmente estimada em torno de 1.100 pessoas. O número de moradores temporários vem aumentando constantemente e atualmente corresponde aproximadamente à metade da população de moradores permanentes, conforme registros do controle migratório da administração local.

As pessoas que vieram de fora são chamadas pelos ilhéus de "*haoles*", palavra de origem havaiana, que significa estrangeiro, homem branco. Esta denominação foi utilizada inicialmente para os surfistas que aportavam em Noronha, na temporada de surf. Posteriormente, o termo passou a designar os novos migrantes que vieram residir no arquipélago.

A maior parte dos *haoles* veio para Noronha com recursos financeiros e muitas idéias para novos investimentos, em oposição à maior parte dos antigos moradores, que não possuía capital para investimento ou perfil empreendedor, além da herança militar paternalista, que durante anos regulou a economia da ilha.

Com o aumento do fluxo de migrantes, a administração local passou a controlar a entrada de pessoas em Noronha, em função de sua reduzida capacidade de suporte. O controle imposto não se restringe à entrada de pessoas, mas limita também a entrada de embarcações, veículos e materiais de construção.

Para os moradores antigos, o controle da administração acontece de maneira arbitrária, favorecendo as pessoas "de fora" em detrimento dos ilhéus. Há muitas queixas de ilhéus, que na maior parte das vezes, sentem-se preteridos pela administração distrital, em relação a distribuição de terrenos entre outras concessões.

Conceitos como "ilhéus" e "*haoles*" caracterizam as relações interpessoais e determinam a obtenção de direito de uso dos escassos recursos da ilha, como acesso, permanência, e uso do solo. Antigos e novos migrantes se enfrentam e disputam o espaço insular, caracterizado pela segregação sociocultural entre os dois grupos.

Apesar da população de Noronha ser relativamente recente, o ilhéu tem suas características próprias bem enraizadas e demonstra um grande orgulho de ser nativo, o que gera uma certa resistência em aceitar quem vem "de fora". A identidade do ilhéu é fortemente defendida na comunidade, em contraposição à identidade dos novos moradores.

Conforme observações de Teixeira (2003, p. 118), "sem desconsiderar o sentimento nativista existente, é inegável, por mais insólito que pareça, que Noronha se configure como uma terra de migrantes, tanto no passado como no presente". Para este autor, o processo de ocupação humana da ilha imprimiu um modo diferenciado de ser ilhéu entre os primeiros habitantes e suas gerações posteriores.

A observação da comunidade noronhense demonstra uma nítida divisão em seu interior, entre um grupo estabelecido na época dos militares, bastante integrado, o núcleo fundador e seus descendentes, e um grupo mais novo, os "de fora" ou *haoles*. O grupo mais antigo foi moldado por um conjunto de experiências compartilhadas, gerando um estilo de vida comum, marcado por normas disciplinares e padrões comportamentais, dos quais todos se orgulham. Em contraponto, os *haoles* diferem dos antigos moradores de maneira acentuada,

perceptível em seus costumes, hábitos e modo de vida, detectados no vestuário, na linguagem, e no comportamento sociocultural (FIG. 12).

Essa distinção tem um grande peso na comunidade, interferindo de maneira direta na formação interna de cada grupo, e em suas inter-relações.

As diferenças entre nativos e *haoles*, não se caracterizam apenas por fatores como renda ou classe social. Elas se manifestam no sentimento nativista que permeia a comunidade, nos hábitos de trabalho, nas redes de poder, nas relações com o governo, na comunhão do imaginário coletivo e pela não participação da experiência que moldou a vida insular.

Para grande parte da comunidade nativa, a chegada dos *haoles* na ilha foi uma invasão indesejável. O grande afluxo de migrantes foi considerado uma ameaça ao estilo de vida pré-estabelecido pela comunidade. Em geral, os nativos esperam que os "de fora" se adaptem a suas regras e tradições e que estes se submetam ao seu controle social e ainda se disponham a se enquadrar em seu estilo de vida.

Esta expectativa não foi correspondida em Noronha, uma vez, que a maioria dos *haoles* perpetuaram seu comportamento continental, impossibilitando a continuidade do modo de vida comunitário preexistente na ilha.

Com a chegada dos novos migrantes, os valores eleitos pela comunidade que simbolizavam o modo de vida dos moradores antigos foram descaracterizados e amalgamados a outros códigos e práticas, distintos de seu estilo de vida anterior. A resistência do núcleo fundador e seus descendentes aparece na tentativa de coesão em seu grupo.

As clivagens de procedência, nativo ou *haole*, nomeiam e legitimam as múltiplas comunidades existentes no espaço insular. Nelas estão presentes as identidades herdadas e construídas, não somente pelas histórias pessoais, mas também pelas singularidades do processo migratório (TEIXEIRA, 2003, p. 121).

Segundo Teixeira (2003), este processo migratório faz com que a escolha de viver na ilha deixe de ser uma marca histórica, para representar uma essência, funcionando de maneira simbólica, ao tecer as relações sociais estabelecidas dentro do universo insular.

Em Noronha, o contato entre moradores permanentes, *haoles* e turistas acontece num contexto bastante heterogêneo, espaço que se configura como terra de migrantes, oriundos de vários lugares, em que pessoas de cultura e origem diversas se relacionam. Essa cultura

encontra-se em processo de transformação, em função da crescente interação com o continente, pelo aumento de mobilidade e principalmente pela interação com *haoles* e turistas.

O turismo é uma atividade essencialmente humana, e se os preparativos envolvem o sistema psicológico, o imaginário, a viagem em si cria relações e fenômenos ligados à estada das pessoas nos lugares, relações resultantes do encontro entre visitantes e visitados ou turistas e residentes (CORIOLANO, 1998, p. 30).

Atualmente, percebe-se a transformação da vida social, marcada pela presença dos *haoles*. Essa nova estrutura social não se configura como simples oposição ao passado, mas como continuação e reordenação do tecido social da ilha, e para complementar o cenário onde interagem estes grupos sociais, faz-se necessário conhecer melhor o perfil do turista que a visita.

Os dados apresentados sobre o perfil socioeconômico dos turistas foram fornecidos pela Gestão de Ecoturismo da ADEFN, que realiza um trabalho contínuo de pesquisa para avaliação do turista que visita Noronha, bem como suas principais motivações e opiniões sobre a ilha.

A pesquisa foi realizada por meio de questionários aplicados aos turistas todos os meses entre os anos de 2001 a 2006, sendo que o resultado do último ano ainda não foi tabulado pela Gestão de Ecoturismo.

A nacionalidade do turista que visita Noronha, é predominantemente de brasileiros, com destaque para os seguintes estados emissores: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Quanto aos turistas estrangeiros, os países emissores que mais se destacaram foram Itália e Portugal.

Acompanhando a tendência do mercado mundial em relação aos praticantes de ecoturismo, há um equilíbrio entre os turistas do sexo feminino e masculino, com pequena vantagem para as mulheres que corresponderam a 54,2% no último ano.

A faixa etária da maioria dos turistas se enquadrou entre 21 e 40 anos, correspondendo a 56,1% dos entrevistados. A ilha é pouco procurada por turistas com menos de 20 e acima de 60 anos.

Em relação ao grau de escolaridade a grande maioria, 82,9% dos turistas, declarou ter o ensino superior completo. Entre as atividades profissionais, destaque para os autônomos e comerciantes. Por se tratar de um destino caro, a pesquisa constatou que a faixa de renda dos

turistas que visitam a ilha é superior a 10 salários mínimos, confirmando que o público alvo de Noronha tem um alto poder aquisitivo.

A principal motivação da viagem, apontada pelo turista que visita a ilha foi o Ecoturismo, seguida pelo mergulho. Quanto ao fator estimulador da viagem, a maioria declarou a divulgação de amigos e parentes e em segundo lugar as mídias especializadas: televisão, internet, e revistas.

A permanência média da viagem foi de 5,4 dias e o gasto médio por turista, excluindo a passagem aérea, ficou em torno de R\$ 1.614,57 no último ano.

A maior parte, 85,2% manifestou intenção de retornar a Noronha, confirmando o grau de satisfação com a viagem e 88,3% dos entrevistados declararam estar na ilha pela primeira vez.

Os turistas foram questionados quanto aos principais aspectos positivos e negativos da ilha. Os itens mais citados como pontos positivos foram: a beleza, a preservação ambiental e a população local. E os pontos negativos apontados foram: a infra-estrutura turística e os altos preços dos serviços ofertados.

A percepção do turista acerca da ilha destaca como um dos pontos positivos a população local, confirmando a opinião dos moradores permanentes entrevistados sobre o contato amistoso entre nativos e turistas. Este contato é uma das variantes que conduzem a uma série de efeitos sociais na comunidade, denominados impactos do turismo.

4.2 Ilhéus, perfil e percepção do turismo

Em culturas que definem pertencimento e direitos por descendência, ser ilhéu é uma solução que pretende determinar a inclusão a um grupo social da ilha e o acesso aos recursos que este status proporciona. Essa solução cultural surgiu em uma época de transição e de grande afluência de pessoas "de fora" para a ilha, quando se tornou fundamental para o grupo social já existente defender seus direitos perante o grupo dos recém-chegados.

Para Vieira Filho (2005, p. 07), ser nativo por pertencimento implica em certa mobilidade: "ser nativo ou do lugar poderia ser tomado não apenas como uma questão de local

de nascimento, mas também de jeito de ser, que podia ser adquirido pela convivência ou relacionamento próximo com as pessoas do lugar". Ainda segundo o autor: "Dependendo das circunstâncias e das avaliações subjetivas e mutáveis do grau de proximidade e envolvimento com determinada pessoa, esta podia ser incluída, excluída e movida de categoria."

Para ser considerado ilhéu, o morador deve estar inserido em uma categoria de pertencimento ao arquipélago, conforme a legislação distrital em vigor. A categoria principal seria o nascimento na ilha, condição básica para ser ilhéu, mesmo que o indivíduo tenha partido para o continente ainda jovem e não tenha deixado nenhum vínculo. Esta categoria é questionável, uma vez que Noronha não dispõe de maternidade e todas as gestantes têm que deixar a ilha no final da gestação para terem seus filhos no continente (FIG. 16).

Outra categoria de pertencimento seria a filiação, embora considerada polêmica por muitos moradores que não consideram ilhéus os filhos de ilhéus que nascem no continente sem nunca terem residido na ilha. Para outros, a filiação é condição suficiente para ser considerado ilhéu. O casamento, ou termo de união estável, mais comum entre os casais de Noronha, também é uma condição que confere legitimidade ao status de ilhéu. Embora para aquisição dos privilégios concedidos aos ilhéus, como se tornar morador permanente, o cônjuge "de fora" deve permanecer casado por um longo período, o que tem se tornado raro, uma vez que as relações matrimoniais na ilha são cada vez mais curtas.

Uma categoria considerada é o tempo de residência na ilha, o que está diretamente relacionado ao pertencimento cultural do indivíduo. Este conceito é um pouco subjetivo, pois o critério adotado está vinculado à vivência do cotidiano. Alguns moradores residem há muito tempo na ilha e não são considerados ilhéus, e outros que residem a menos tempo adquiriram este status.

Este sistema ainda não foi consolidado, uma vez que suas regras até agora não foram bem definidas ou formalizadas e possui algumas contradições, que sinalizam que ainda está em processo de construção no âmbito das próprias relações de poder. Para que a condição de ser ilhéu seja formalizada, a ADEFN possui um departamento de controle migratório que, entre outras funções, aplica algumas regras para a concessão de carteiras aos moradores.

As carteiras se dividem em duas categorias: moradores permanentes e moradores temporários. Os portadores da carteira de morador permanente, que se enquadram na categoria

de ilhéus, têm como benefício principal a aquisição de lotes ou moradias, além da possibilidade de abertura de empresas sediadas no arquipélago.

Conforme decreto distrital n.º 018/2004, Art. 8º, é considerado residente permanente o cidadão servidor público ou não, que comprove residir no distrito há, no mínimo, 10 anos, ininterruptos; estar em situação regular junto ao controle migratório; ocupar ou estar apto a ocupar imóvel residencial no distrito; e possuir ou estar apto a possuir a carteira de morador permanente.

Os portadores da carteira de morador temporário, segundo o decreto, são caracterizados por estar a trabalho no arquipélago e possuir vínculo empregatício com a administração local ou com alguma empresa privada. Nesta categoria se enquadram os moradores que são casados ou possuem uma relação estável com ilhéus e também parentes de ilhéus que moram na ilha há menos de 10 anos e por isso não possuem o status de morador permanente. O morador temporário não tem permissão de abrir uma empresa no arquipélago, a menos que seja sócio de um morador permanente e este possua mais de 50% das quotas da sociedade.

Todas estas questões são analisadas pela administração local e alguns casos específicos são levados para o Conselho Distrital, formado por sete conselheiros eleitos pela comunidade, para se chegar a um consenso final.

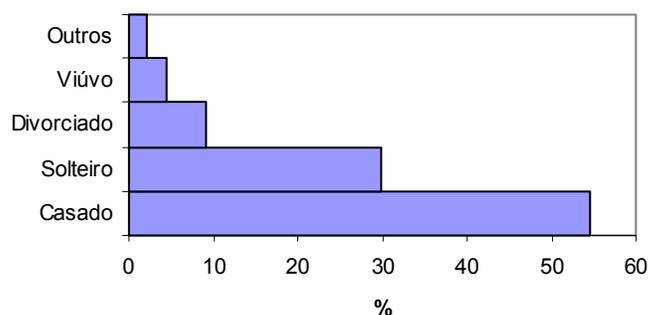
Como os moradores temporários residem na ilha há menos de 10 anos, e portanto, não acompanharam as transformações ocorridas nos últimos 20 anos, somente os moradores permanentes foram entrevistados para este estudo. Para conhecer melhor o perfil deste morador e a forma como este percebe a atividade turística no arquipélago, seguem os resultados obtidos a partir dos 225 questionários aplicados, conforme os gráficos apresentados a seguir.

4.2.1 Perfil do morador permanente

Entre os moradores permanentes entrevistados houve uma predominância para os homens, com 57,4% do sexo masculino e 42,6% do sexo feminino.

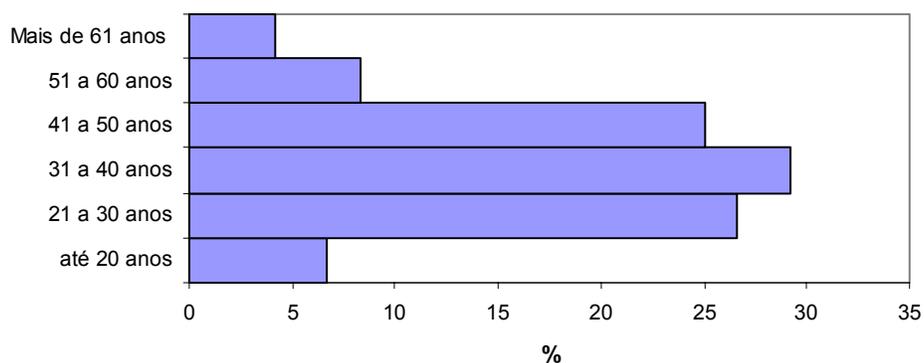
Quanto ao estado civil dos entrevistados, 54,5% se declarou casado ou em união estável, 29,8% solteiro, 9,1% divorciado, 4,5% viúvo, e 2,1% não se enquadraram em nenhuma das opções anteriores.

Gráfico 3 - Estado civil

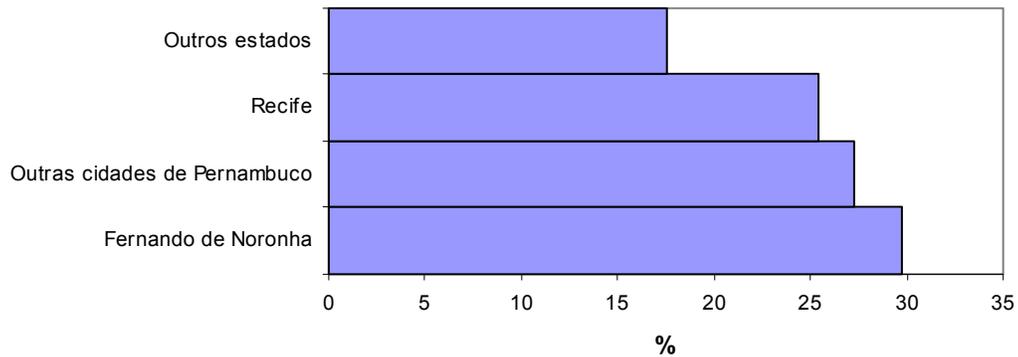


A faixa etária dos entrevistados se apresentou da seguinte maneira: 29,2% entre 31 a 40 anos; 26,6% entre 21 a 30 anos; 25% entre 41 a 50 anos; 8,3% entre 51 a 60 anos; 6,7% até 20 anos e 4,2% com mais de 61 anos.

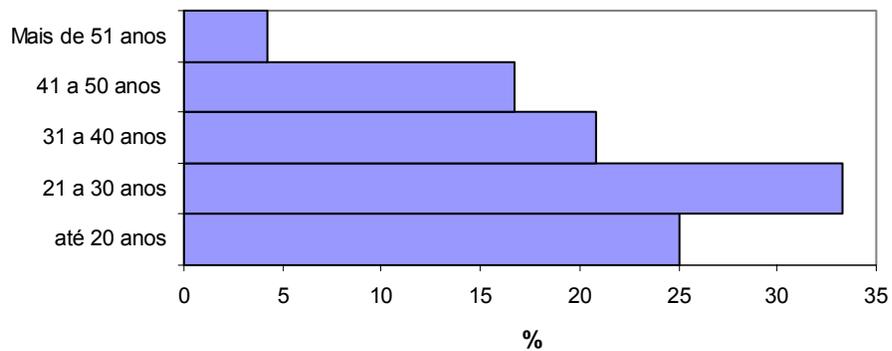
Gráfico 4 - Faixa etária



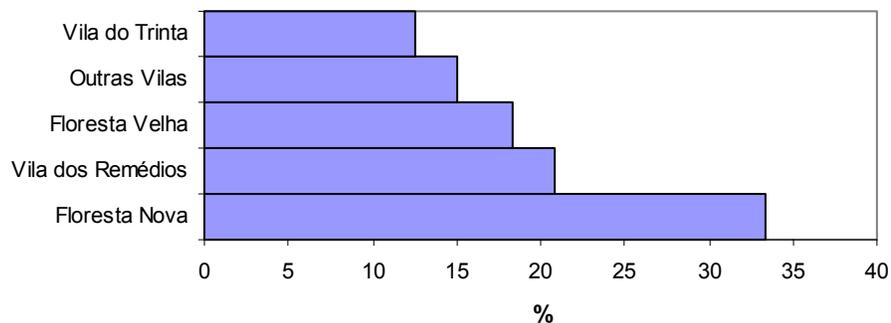
A naturalidade dos entrevistados teve predominância para os nativos, com 29,7% nascidos em Fernando de Noronha; 27,3% em outras cidades de Pernambuco; 25,4% em Recife e 17,6% em outros estados.

Gráfico 5 - Naturalidade

O tempo de residência dos entrevistados no arquipélago se apresentou com a seguinte variação: 33,3% entre 21 a 30 anos; 25% até 20 anos; 20,8% entre 31 a 40 anos; 16,7% entre 41 a 50 anos e 4,2% há mais de 51 anos.

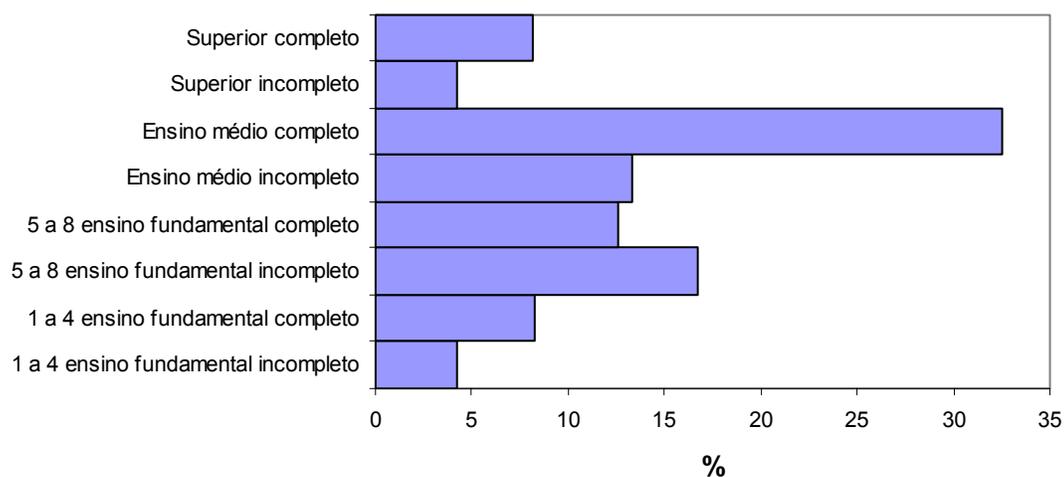
Gráfico 6 - Tempo de residência

No local de moradia houve predominância para a Vila Floresta Nova, abrigando 33,4% dos entrevistados, 20,8% residentes na Vila dos Remédios, 18,3% na Vila Floresta Velha; 15% em outras vilas, e 12,5% na Vila do Trinta.

Gráfico 7 - Local de moradia

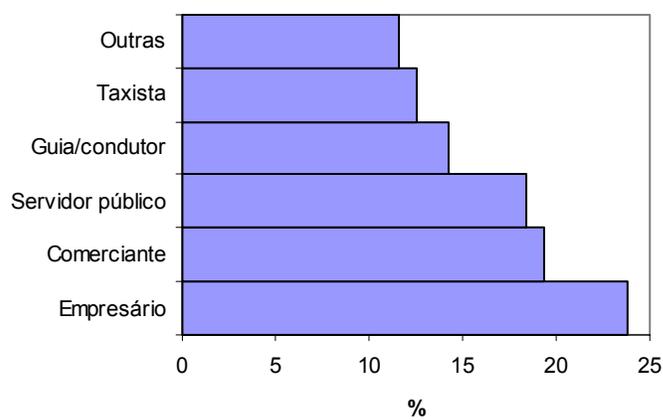
Em relação ao grau de instrução 32,5% dos entrevistados concluíram o ensino médio; 16,7% não completaram a 8ª série do ensino fundamental; 13,3% não completaram o ensino médio; 12,6% completaram o ensino fundamental; 8,3% têm até a 4ª série do ensino fundamental completo; 8,2% fizeram curso superior; 4,2% não completaram o curso superior e 4,2% não completaram a 4ª série do ensino fundamental.

Gráfico 8 - Grau de instrução



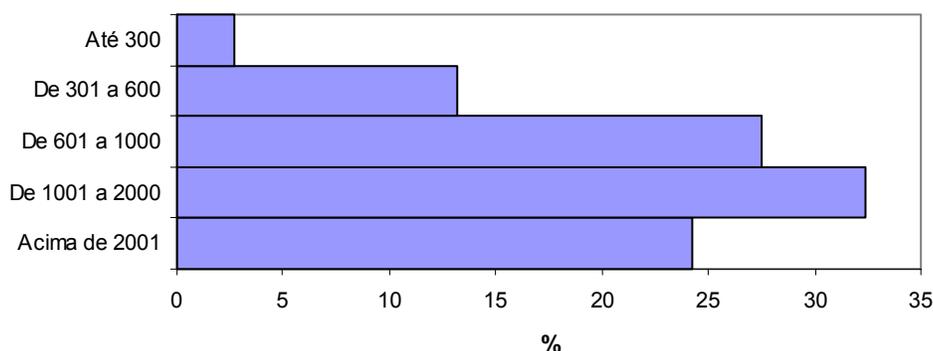
As principais atividades profissionais mencionadas pelos entrevistados foram: 23,8% empresários; 19,4% comerciantes; 18,4% servidores públicos; 14,3% guias/condutores; 12,5% taxistas e 11,6% declararam outras atividades.

Gráfico 9 - Principais atividades



Os entrevistados declararam a seguinte faixa de renda individual: 32,4% de 1.001 a 2.000 reais; 27,5% de 601 a 1.000 reais; 24,2% mais de 2.001,00 reais; 13,2% de 301 a 600 reais e 2,7% até 300 reais.

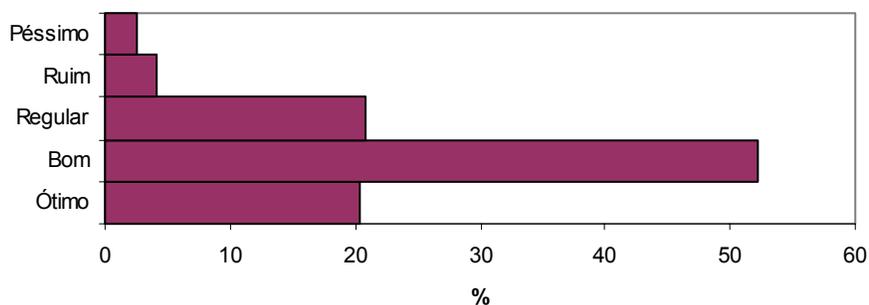
Gráfico 10 - Faixa de renda individual



4.2.2 Percepção do turismo

Quanto à opinião do morador permanente sobre o turismo na ilha, segundo os dados apurados com a tabulação, 52,2% consideraram bom, 20,8% consideraram regular, 20,3% dos entrevistados consideraram ótimo, 4,2% consideraram ruim, e 2,5% consideraram péssimo.

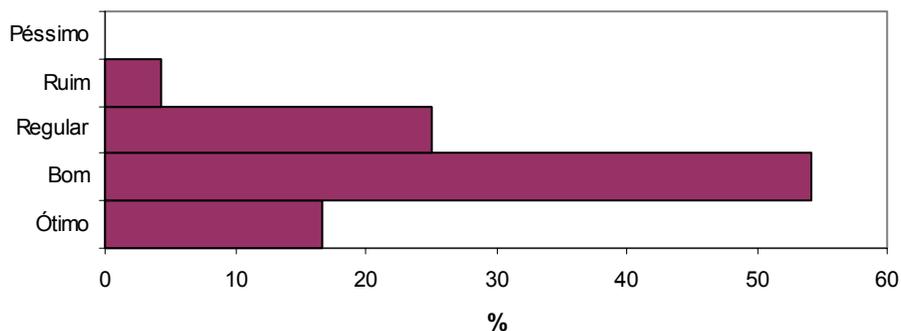
Gráfico 11 - Opinião sobre o turismo



Em relação ao atendimento do turista na ilha, 54,2% dos entrevistados consideraram o atendimento bom, 25% consideraram regular, 16,6% consideraram ótimo, e a minoria que

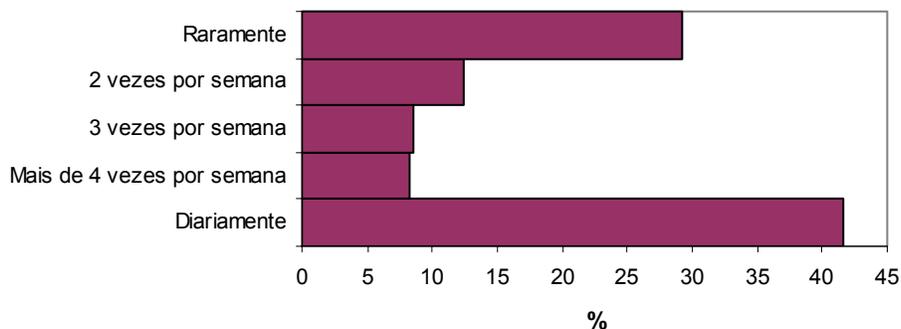
considerou o atendimento ruim 4,2%, disse que faltava capacitação às pessoas que recebiam o turista, e nenhum dos entrevistados declarou que o atendimento era péssimo.

Gráfico 12 - Atendimento aos turistas



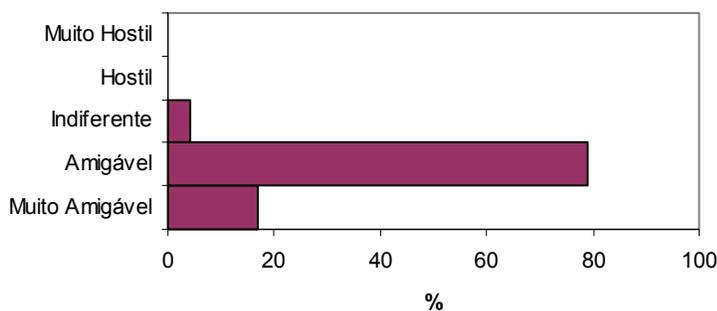
O contato direto entre moradores e turistas ocorre com a seguinte frequência: para 41,7% o contato ocorre diariamente, para 29,2% raramente, para 12,4% mais de duas vezes por semana, para 8,5% mais de três vezes por semana, e para 8,2% mais de quatro vezes por semana.

Gráfico 13 - Frequência do contato



Quando questionados sobre este contato, 79,2% dos entrevistados declararam ser amigável, 16,7% muito amigável e uma minoria 4,1% se declarou indiferente ao contato com o turista. Nenhum entrevistado se declarou hostil ou muito hostil com os turistas. Os entrevistados disseram, em sua maioria, apreciar o contato com pessoas "de fora", valorizando este tipo de experiência multicultural.

Gráfico 14 - Tipo de contato



Quando questionados sobre lugares que não deveriam ser freqüentados pelos turistas, 75,7% declararam que todos os lugares deveriam ser abertos à visitação, desde que respeitadas as normas para sua conservação, contra 24,3% que concordaram que nem todos os atrativos turísticos deviam ter acesso disponível aos turistas, como a Praia da Atalaia (por se tratar de um ecossistema frágil), assim como algumas ruínas, entre outros lugares citados.

A maioria dos entrevistados, 83,3% concordou que o turismo traz mais benefícios que problemas para a ilha. Os que discordaram desta opinião, 16,7% dos entrevistados, apontaram problemas de ordem estruturais como a falta de água, o encarecimento do custo de vida, o aumento do número de pousadas e veículos, a diminuição da segurança, e problemas sociais relacionados ao aumento do uso de álcool e drogas, a falta de solidariedade entre os moradores e principalmente, o aumento de pessoas "de fora" na ilha.

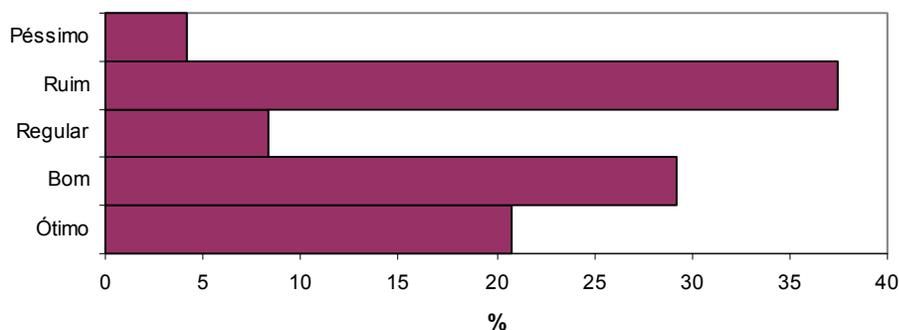
Questionados se a ilha estava melhor ou pior que há 10 anos, a maioria dos moradores, 75,3% afirmou que ela estava melhor em relação à infra-estrutura e condições de trabalho, com algumas ressalvas quanto às questões sociais. Muitos entrevistados afirmaram que apesar da melhoria geral, a comunidade se encontrava menos coesa. Esta queixa também foi apontada pelos moradores que achavam que a ilha estava pior, 24,7% dos entrevistados, e acrescentaram que a ilha atualmente tinha muitas pessoas "de fora" e menos solidariedade entre os moradores, além de conflitos de interesses e de valores entre os grupos.

Quanto ao controle do número de turistas na ilha, 87,5% dos entrevistados aprovaram o limite imposto pela legislação em vigor, alegando que se não houver um controle, a ilha poderá sofrer um colapso em função do fornecimento de água e energia, além de problemas na conservação ambiental. Em contrapartida, 12,5% dos entrevistados defenderam a idéia de que a ilha deveria receber mais turistas, aumentando a geração de emprego e renda.

Os moradores têm a opinião dividida sobre a atuação da administração distrital do arquipélago: 54,2% disseram que a administração não contribui para o desenvolvimento do turismo local, declarando que esta poderia ser mais atuante e comprometida. Em contrapartida, 45,8% dos entrevistados afirmaram que a administração contribui com o turismo através de ações estratégicas para seu desenvolvimento.

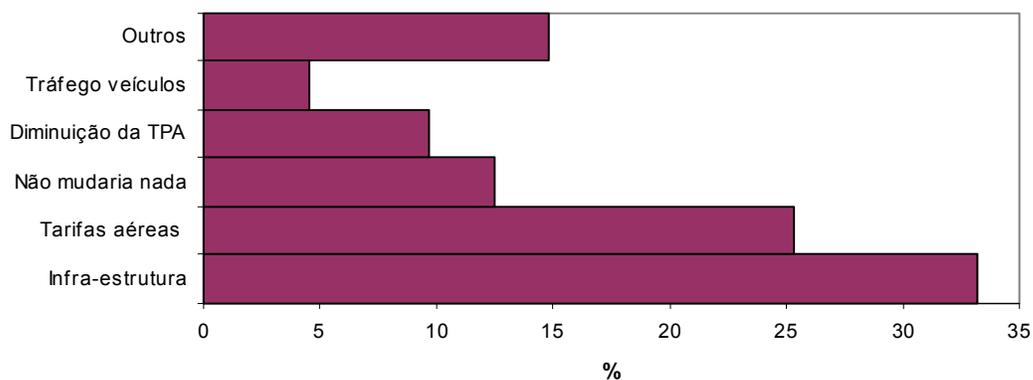
Quanto à opinião sobre a atuação do IBAMA na ilha para 37,5% dos entrevistados é considerada ruim, para 29,2% é boa, para 20,8% é ótima, para 8,3% é regular e para 4,2% é péssima.

Gráfico 15 - Atuação do IBAMA



Quando indagados sobre o que mudariam no turismo em Noronha, as principais sugestões apontadas foram: 33,2% melhorias na infra-estrutura geral da ilha; 25,3% a diminuição das tarifas praticadas pelas companhias aéreas; 12,5% não mudariam nada; 9,7% diminuiriam o valor da TPA; 4,5% proibiriam o tráfego de veículos grandes e 14,8% deram outras respostas.

Gráfico 16 - Sugestão para o turismo local



4.3 Impactos diretos e indiretos do turismo na comunidade noronhense

O estudo de caso da comunidade noronhense é uma opção para a investigação dos efeitos do turismo insular. A interação entre a comunidade e os turistas é fundamental para o entendimento da transformação do estilo de vida e dos hábitos locais, que se apresentam como principais impactos ocasionados pela atividade turística.

Os impactos socioculturais do turismo em Noronha são caracterizados por uma forte ambivalência. Se por um lado, o turismo apresenta novas oportunidades de trabalho, geração de renda, valorização sociocultural e conseqüente manutenção dos valores da comunidade, proporcionando a seus moradores um sentimento de pertença à localidade, por outro lado, gera importantes custos sociais.

Entre os principais custos sociais detectados nas entrevistas realizadas com os moradores mais antigos, destacam-se a ameaça ao estilo de vida e aos hábitos tradicionais da comunidade noronhense, identificados como fator modificador de sua estrutura sociocultural. Para Pires (2004, p. 15), "o turismo é um fenômeno de aproximação ou do afastamento das pessoas."

O turista em visita a uma localidade, em geral, mantém suas referências culturais sem necessariamente absorver as referências locais. Em Noronha, percebe-se uma forte influência dos hábitos e comportamentos dos turistas sobre os moradores locais, principalmente entre os mais jovens, que adotam a linguagem, o vestuário, e o comportamento dos visitantes (FIG. 13).

No caso de adoção dos hábitos e comportamentos dos turistas por parte da comunidade, trata-se do "efeito demonstração", já mencionado anteriormente, gerando impacto para a comunidade receptora, em função da valorização da cultura do turista.

Segundo Pires (2004, p. 16), os nativos podem reagir ao turismo e aos turistas de duas formas: "como rejeição do visitante e, conseqüentemente, uma rejeição da atividade turística na localidade, ou por uma adoção do autóctone dos padrões comportamentais do visitante em decorrência de uma negação da sua identidade."

Sobre a dualidade do turismo e seus impactos na comunidade, Pires (2004, p. 17) afirma que a qualidade dos impactos do turismo, sobre localidades turísticas, depende mais da sociedade que o implanta, ou a recebe, que do próprio turismo na sua condição de oferecer aos

núcleos receptores prejuízos ou benefícios para o seu processo de consolidação e reafirmação da identidade local.

Na opinião de alguns moradores, o turismo em Noronha pode ser considerado um agente de fortalecimento da identidade local, ao garantir a continuidade e a manutenção dos hábitos e das tradições da comunidade, tais como as lendas e festas, que se apresentam como atrativos turísticos (FIG. 15).

A identificação de referências socioculturais para a comunidade noronhense, além de ser determinante na proteção de seu patrimônio, serve como indicador das manifestações artísticas entre outras expressões culturais locais. Para Martins (2003, p. 105), "a cultura seria um produto da experiência grupal e, conseqüentemente, algo local, inerente ao contexto onde existe um grupo definido e possuidor de uma história comum e significativa."

Goodey (2002, p. 49) afirma que "a comunidade local, que em geral reluta em aceitar o visitante, ou que se ressentem com sua presença, oferece uma valiosa qualidade, que é a personalidade local, do qual o patrimônio cultural faz parte". Ainda segundo Goodey (2002, p. 55), "a comunidade e todos os seus segmentos, devem ter consciência de seu patrimônio, tanto do patrimônio material quanto do imaterial, e é ela quem deve decidir sobre aquilo que deseja compartilhar e o que deseja guardar só para si."

Para alguns moradores da ilha, não existe uma cultura tradicional em Noronha, fato justificado pela ocupação em diversos ciclos migratórios e pela recente formação de sua comunidade, que não possui muitas manifestações culturais características. Na opinião de outros moradores, a cultura noronhense é representada por suas tradições, incluindo as lendas locais, assim como casos e superstições contados pelos ilhéus, manifestações culturais orais estimuladas pela atividade turística.

As principais manifestações culturais que ocorrem na ilha estão relacionadas à religiosidade. São festas populares como o São João, a Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios e a Páscoa, entre outras, com destaque para a festa de São Pedro, organizada pela Associação dos Pescadores no mês de junho, que adquiriu fortes características locais (FIG. 11). Além das festas religiosas, alguns moradores preservam a cultura regional resgatando manifestações artísticas como a capoeira e o maracatu (FIG. 14).

De fato, a cultura noronhense não se resume à existência, ou não, de manifestações culturais, mas é percebida em um sentido mais amplo, representada pelo modo de vida e identidade insular de seus moradores.

O maior indicador da existência de uma cultura noronhense é a presença marcante dos conceitos "ilhéu" e "*haole*" que permeiam a vida na comunidade e diferenciam os grupos sociais. Os informantes escolhidos para caracterizar a cultura local foram os moradores mais idosos, pessoas que já residiam na ilha antes do regime militar ou que chegaram à ilha nos anos 40 e puderam acompanhar as transformações ocorridas nas últimas décadas. Estes moradores estão entre os que têm legitimidade em seu pertencimento à categoria de ilhéus, além de terem vivenciado a formação da cultura noronhense.

Os 45 anos de ocupação militar impuseram uma certa imobilidade na vivência insular, que se resume em um modo de ser ilhéu entre os moradores mais antigos. Estes moradores passam a constituir uma cultura distinta marcada por relações específicas, socioculturais, com a natureza, com as atividades econômicas, com a ilha e pela percepção do continente.

Os rígidos valores de antigamente são redefinidos e adaptados a códigos e práticas de cunho continental e urbano marcados pelo capitalismo e vividos num espaço idealizado que acabou. O antigo modo de vida vai sendo, aos poucos, substituído por uma nova realidade, em que os nativos criam estratégias de resistência e oposição aos "de fora", valorizando o sentimento, a consciência e a afirmação de pertencimento à ilha.

Uma das entrevistadas, defendendo o direito de pertença dos ilhéus, afirma que:

O filho da ilha de raízes, ele não pode perder seus direitos, se fulano tá fora, mas fulano nasceu naquela maternidade, batizou-se aqui, conviveu sua vida, tirou seu tempo militar, foi lá pra fora, às vezes até pra estudar, voltou, mas agora tá trabalhando. Ai perder suas raízes? As raízes tá aqui, né?

A importância da diferenciação dos grupos sociais está relacionada à distribuição de direito de utilização dos escassos recursos, como obtenção de lotes na ilha. Para Giovannini Junior (2001, p. 168), "os espaços concretos são disputados a cada dia entre os 'de dentro' e os 'de fora', desde espaços físicos como moradia e comércio, a espaços sociais de decisão e organização política."

A disputa de espaço entre os grupos sociais pode ser claramente percebida na prática do surf, em que os ilhéus disputam pelas melhores ondas com os “invasores” e não gostam de ceder espaço em seu território, demonstrando uma certa hostilidade em relação aos surfistas que vêm "de fora" (FIG. 17).

Os antigos moradores foram unânimes em afirmar que atualmente a ilha está bem melhor em relação à infra-estrutura geral e condições de trabalho e pior quanto ao aumento do número de pessoas "de fora". O conflito entre os nativos e os "de fora" se intensifica com as pressões de uma população exponencialmente crescente e o conseqüente consumo de recursos envolvidos nesse processo.

Com o crescimento da população e do número de turistas na ilha, há um agravamento na falta de abastecimento de água e energia, e aumento da produção de esgoto e de resíduos sólidos. Além do consumo dos escassos recursos, há o problema da falta de terrenos e moradia para as novas famílias.

Os ilhéus se sentem prejudicados quanto à distribuição de terrenos na ilha, que é feita pela ADEFN. O critério utilizado para a escolha dos beneficiários não obedece a uma regra geral, gerando insatisfação na comunidade. Segundo depoimento de uma moradora antiga, "a maior parte dos empresários não é ilhéu, os de fora tão aqui há pouco tempo e já tem terreno e casarão". Ainda sobre a disputa pelo espaço urbano entre os nativos e os "de fora", ela afirma:

O pessoal de fora fica falando da falta d'água, que não tem casa pra morar, mas eles não sabem que não tem? Terreno aqui é um problema, depois que o Fernando Henrique liberou terreno para dar aos ilhéus, para dar às pessoas mais antigas, eram 300 terrenos, hoje ninguém mais sabe quantos 300 já passaram na frente. Tem gente que tem pouco tempo de ilha, já embuchou pra pegar terreno.

Uma questão presente entre os moradores mais antigos é a criação das unidades de conservação, no que diz respeito às restrições impostas pela legislação ambiental e a transformação do espaço físico, gerando um conflito de interesses.

Uma moradora se queixa do rigoroso controle: "O IBAMA tem 70% da área, nós temos 30%, isto é pouco demais. E esses 30 é APA e tem que ser conservado mesmo, mas o homem não pode ficar nem em segundo plano e nem pode continuar do jeito que está."

Ainda segundo outra moradora: "eles dão mais importância pros golfinhos que pras pessoas que vivem aqui. E nós, não temos nosso direito?". Ainda sobre as restrições impostas,

alguns moradores mais antigos costumam se lembrar de maneira nostálgica do tempo em que pescavam à vontade, sobretudo polvos e lagostas, sem as proibições da legislação atual (FIG. 9).

Após a criação das unidades de conservação e a abertura para o turismo no arquipélago, os antigos moradores gradativamente foram perdendo o controle de seu espaço e de seu patrimônio e começaram a participar de uma nova realidade sociocultural marcada pela exploração turística. Segundo relato de uma moradora:

As portas se abriram, porque antigamente, quando ia descer uma pessoa do avião, o secretário do governo militar ia lá para baixo com a relação, só descia quem vinha com a permissão daqui, e quem viesse fora desta relação ia voltar no mesmo avião. Hoje, graças a Deus foi criado a TPA. Se isto for retirado, nós vamos perder todo o controle, toda a rédea, todo o cerco que nós podemos fazer. E controle? Nós vamos perder. Vai entrar, entrar, e vai ficar. Todo brasileiro tem direito de ir e vir, mas ficar? Tem pessoas que vem contribuir, mas tem pessoas que vem mesmo para dar inchaço. É lamentável, mas eu procuro ver as necessidades e direitos de qualquer tipo de pessoa, mas a gente sabe que tem pessoas que dá inchaço aqui dentro. Quem já tem trabalho, já tem sua moradia aqui, não existe lei que coloque um cidadão desse pra fora. Noronha é um barco, e esse barco já tá dizendo assim, se brincar eu to indo a pique!

Os moradores têm consciência que o turista que visita Noronha, geralmente permanece um curto período na ilha, em função da cobrança da TPA, o que evita um impacto maior nas relações entre moradores e turistas.

Conforme relato de um morador: "O turista entra e sai, ele não fica, então pode se fazer um trabalho migratório e ambiental. Que ambiental a gente sabe, a beleza aqui tem quem tome conta, até demais."

Apesar do rígido controle migratório, os moradores se ressentem quanto aos benefícios concedidos aos novos migrantes, que se colocam mais facilmente no mercado de trabalho. A geração de empregos enquanto impacto positivo é questionável, uma vez que os melhores cargos se destinam aos "de fora" sem muitas perspectivas profissionais para a população jovem.

Em outro depoimento dado, uma antiga moradora afirma que "tem emprego pra quem vem 'de fora', pros 'de fora' tem tudo. A ilha tá cheia de gente 'de fora', que os administradores trouxeram [...] os daqui não têm direito a nada."

Outra moradora antiga concorda que a ilha mudou muito com o afluxo de pessoas "de fora", mas não se incomoda que estes vivam ou trabalhem na ilha, alegando que:

Tem muita gente de fora, tem mil e poucas pessoas de fora aqui, e a gente não vê, é que fica tudo trabalhando. É, coitados, a gente não pode fazer nada, né? Porque todo mundo vem pra ganhar um dinheirinho, né? A vida lá fora é um pouco difícil. A gente tem pena, né? O governo não pode botar pra fora, não tem essa lei pra colocar o trabalhador pra fora. Agora se matar, se roubar, se tiver estuprando[...] mas se a pessoa vem pra trabalhar, aí tá certo.

Apesar da disputa pelo mercado de trabalho, os moradores admitem que a atividade turística possibilitou a abertura de novos postos. Segundo uma moradora: "Pra trás só tinha mesmo aqui os pescadores, os funcionários e os militares. A vida era tudo diferente, não tinha esse monte de pousada e nem esse comércio". E ainda para outro morador: "O turismo mudou tudo, ninguém tinha nada, hoje é bom. Tem muito pai de família que vive do turismo."

Além da geração de empregos, a geração de rendas também é um impacto positivo atribuído ao turismo. A questão sobre quem obtém o benefício e quem paga os custos é complexa. Apesar de turistas gastarem um valor que beneficia diretamente a comunidade, a renda fica concentrada nas mãos de poucos.

Segundo uma moradora: "Quem deixa renda aqui dentro é o turista. Antes tinha a pesca, e essa pesca pra exportar, hoje tá difícil. Não vejo mais peixe aqui, tinha o bode e também se vendia lá fora, hoje não tem mais. A renda tá difícil, a renda tá mal distribuída."

A mercantilização do espaço insular alterou não somente o espaço físico, com novas construções e equipamentos, como as relações sociais entre a comunidade que passou a viver em torno do turismo. Mesmo que a urbanização tenha sido controlada, houve uma transformação do espaço físico e principalmente do espaço social. Para Rodrigues (2002, p. 56), "pode não haver nenhuma transformação direta do território, mas há uma apropriação direta e/ou indireta e uma produção espacial simbólica - a beleza natural ou a cultural."

O turismo tem contribuído de maneira expressiva no processo de transformação e na organização espacial, afetando direta e indiretamente a comunidade local. A transformação no espaço físico das moradias sofreu forte efeito com o aumento da exploração do turismo, quando os moradores transformaram suas residências em hospedarias. O espaço familiar ficou relegado a um segundo plano, à medida que o local de moradia vai sendo cedido para os hóspedes.

Segundo relato de uma moradora: "Outro dia, meu neto me disse que quando ficar grande vai ser turista, pra dormir no quarto com ar condicionado e tomar o café da manhã dos hóspedes". Este desejo de "ser turista" traduz um sentimento de boa parte dos moradores,

sinalizando o "efeito-demonstração" em que o contraste socioeconômico entre turistas e moradores resulta em uma gradual exclusão social da comunidade.

Esta relação desigual acarreta uma série de conflitos para a comunidade que percebe o turista de forma ambígua, oscilando entre a aceitação e a rejeição. Para Lima (2000, p. 274), "Enquanto turistas, eles são uma fonte de receita financeira potencial e, por isso, devem ser tratados simpaticamente [...] O argumento que sustenta a simpatia pelo turismo é um só: turismo significa dinheiro."

A comunidade sabe que a ilha depende economicamente do turismo e aprecia a visita dos turistas. Segundo uma moradora, a ilha poderia receber um número maior de visitantes, não fosse o alto custo da viagem: "O turista é a galinha dos ovos de ouro da ilha, tem que deixar vir, não pode explorar o turista de maneira nenhuma, porque eles fazem sua reserva durante o ano todinho pra vir, pra conhecer a ilha, aí não é justo que ninguém vá procurar cobrar o máximo."

A ilha não é cara somente para os turistas. O custo de vida é igualmente alto para os ilhéus que dependem do abastecimento vindo do continente. Os moradores reclamam dos preços praticados: "Aqui, pra você comprar um saco de cimento, um milheiro de tijolo pra fazer alguma coisa, é muito difícil. É difícil e é caro, vem tudo de Recife. A vida aqui é muito cara."

A maior parte dos ilhéus afirma que antigamente havia mais solidariedade na comunidade, pois os moradores eram mais companheiros e unidos. Para eles, os que vêm "de fora" modificaram a ilha. Segundo um dos entrevistados, "antigamente havia menos gente na ilha, todos se conheciam e havia uma união muito grande". Uma antiga moradora fala da solidariedade que unia a comunidade e relembra:

As pessoas aprendem com o passar do tempo. Geladeira aqui pra gente ter antigamente era difícil. Então ganhava um peixe, dois, abatia um animalzinho, um bode e eu distribuía nas casas, porque não adiantava ficar com tudo. Hoje a gente não vê mais isto. Tinha banana, tinha mamoeiro, distribuía! Ainda se faz isto, mas é muito difícil. As amizades hoje, a gente se vê ligeiramente. Tem uma coisa: o poder deixa o homem com diferença, dá diferença no homem. O poder muda.

Os moradores relembram saudosos os amigos e as festas em que todos participavam e animavam a comunidade e que hoje foram perdendo espaço para bares e restaurantes voltados para os turistas. Segundo uma moradora: "Antigamente tinha o clube dos civis e o clube dos militares, era festa na Vila do DPV, festa no Hotel Esmeralda, tinha o cassino, o cinema, era muito animado. Agora tá um Deus me acuda! Hoje não tem festa mais, tá muito parado."

E recordam também os amigos que se foram. Segundo um entrevistado: "Hoje não tem morador antigo mais não, já morreram tudo. Tinha muito, foi-se embora tudo. Foi tudo transferido depois que mudou pra Pernambuco, foi-se embora tudo."

O antigo modo de vida, enquanto memória, atualmente, perdeu parte de sua realidade e passou a ser ideal, recobriu-se de uma outra significação que antigamente não existia; significação essa que é cultivada na impossibilidade de reproduzir nos dias de hoje a qualidade de vida que havia (LIMA, 2002, p.13).

A comunidade local, aos poucos, foi encontrando novas formas de viver e pensar, descobrindo novas situações e projetos sociais. Após as transformações ocorridas com a mudança para o governo civil, a comunidade encara a desconstrução dos antigos modos de vida tradicionais, com a participação de pessoas que não vivenciaram o período dos militares. Essa ruptura causa impacto e insegurança aos antigos moradores, que vivem uma sensação de desordem. Esta insegurança é explicitada no depoimento de uma entrevistada:

Quando Pernambuco assumiu aí as coisas, quer queira quer não, é uma mudança. Mas eu digo, não existe coisa melhor do que tá longe daquela ditadura. Fez pena também quando a gente perdeu eles, porque a gente sabia que terminava com o tempo a família, aquela regra de militarismo. Hoje a gente sabe que as coisas é mais solta, não tem aquela repressão. Hoje não tem, mas muita gente mistura, tá o número de drogas, disso e aquilo outro. Mas é o próprio sistema, não de governo atual, daqui como civil, mas do mundo inteiro.

Segundo o fluxo de turistas apresentado no capítulo anterior, circularam por Noronha quase 50.000 pessoas no ano passado (TAB. 1). O grande número de turistas na ilha, em sua maioria, descompromissados com a cultura local, e a distância do continente, atuam como catalisadores no processo de desagregação da estrutura social.

É inegável que o turismo acelere esse processo. Para os moradores mais antigos, as mazelas sociais, como o aumento do consumo de álcool e drogas assim como o turismo sexual são efeitos ocasionados pela expansão da atividade.

Para outros moradores, estes efeitos estão ligados ao isolamento geográfico que gera uma sobrecarga psicológica enorme para a comunidade, principalmente entre os mais jovens. É comum ouvir as expressões "euforonha" e "neuronha" que resumem respectivamente a euforia e a neurose de estar na ilha.

Para uma moradora, o problema da ilha é a falta de lazer e perspectiva para os jovens: "aqui não tem lazer para os mais novos, é só praia, bar do Cachorro e cana. Não tem uma

atividade pra eles, as moças embucham cedo e ficam com dois, três filhos embaixo do braço às vezes os filhos são dos turistas que vêm e vai embora."

A segurança é o valor mais valorizado pelos moradores mais antigos. Segundo um entrevistado: "a ilha mudou, tem gente demais. Antigamente era mais sossegado, todo mundo se conhecia". Para outra moradora: "O maior problema da ilha hoje é a droga. Tem maconha, cocaína, falta polícia pra ir atrás. Antes não tinha isso, hoje já tem até ladrão, todo mundo sabe quem é e não faz nada, não sei onde isso vai parar."

As relações afetivas de pertencimento a uma comunidade sobrevivem, não se conseguindo romper totalmente com a solidariedade comunitária. Trata-se de fortalecer as iniciativas comunitárias, valorizando as forças e os recursos locais. Este é o lugar do modo ilhéu na era da informática (LISBOA, 1997, p.87).

Para Coriolano (1998, p. 16), "fatores como a globalização alteram o sentido do perto e do longe, pois os sistemas de comunicação e de transportes vinculam, aproximam e expõem todos os lugares a todos os olhos". Em um mundo cada vez mais globalizado, torna-se difícil detectar os impactos reais do turismo, uma vez que estes ocorrem em contextos socioculturais extremamente dinâmicos.



FIGURA 11 - Procissão da festa de São Pedro
Fonte: Michele Roth



FIGURA 12 - Morador antigo
Fonte: Michele Roth



FIGURA 13 - Jovens ilhéus
Fonte: Michele Roth



FIGURA 14 - Maracatu Nação Noronha
Fonte: Michele Roth

5. CONCLUSÃO

Para uma melhor compreensão da comunidade noronhense e da constituição de seu tecido social, fez-se necessário um resgate histórico de seu passado, analisando seu contexto inicial de abandono e invasões, passando pelo sombrio tempo do presídio, o longo período de militarismo, e por fim, o tempo do turismo.

Desde o início da ocupação humana na principal ilha do arquipélago, ainda no século XVI, percebe-se a dificuldade e a necessidade de seus habitantes de vencer os obstáculos impostos pelo ambiente insular. O início da ocupação ficou caracterizado por períodos intercalados de abandono, ocupações, e invasões. A dificuldade da ocupação humana foi resultado de seu tamanho reduzido e, principalmente, de sua distância do continente.

A ilha se tornou colônia penitenciária até a Segunda Guerra Mundial, quando se transforma em base de destacamento militar. É quando tem início o período de desenvolvimento e de transformação do espaço físico insular.

Com o destacamento militar, o tecido social de Noronha fica marcado por elementos de distinção e segregação. A comunidade aprende a obedecer e a conviver em um espaço urbano hierarquizado dentro do território insular. O "tempo dos militares" deixou profundas marcas e referenciais engendrados e interiorizados na comunidade.

Após os 45 anos de ocupação militar, a transição para o governo civil gerou uma reconstrução nos modos de vida e produção, nas relações sociais, nos valores culturais, e em todas as dimensões sociais, políticas e econômicas da comunidade.

O turismo tem início na ilha como parte do processo de transição para o governo civil, juntamente com a criação das unidades de conservação da natureza. A vocação turística de Noronha não surgiu por acaso: foi planejada pelo governo federal para alavancar o desenvolvimento local.

Com a consolidação da atividade turística, no final da década de 80, são marcantes as transformações ocorridas na ilha que tem o turismo como principal atividade econômica. É neste período que os primeiros impactos do turismo começam a afetar a comunidade local, surge o sistema de hospedaria familiar transformando as residências de moradores em hospedagem para

turistas, aparecem novos equipamentos de apoio, como lojas, restaurantes, empresas de mergulho e um comércio informal.

O turismo gerou transformações no modo de vida insular em todos os sentidos. Estas transformações não se restringem às mudanças espaciais e elas são perceptíveis nos hábitos e no estilo de vida incorporados pela comunidade, que se submete à mercantilização da atividade turística.

Após a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho em campo possibilitou um contato mais estreito com a comunidade, captando a percepção dos moradores sobre a evolução do turismo na ilha e de sua interação com os turistas.

No discurso inicial dos ilhéus há uma grande valorização do turismo, que se mostra positivo para a ilha, trazendo divisas e gerando empregos para todos. Após algum tempo de escuta, percebe-se uma certa rejeição à atividade turística, como algo que mudou o modo de vida local, trazendo ganância, ambição e individualismo.

A comunidade, que anteriormente era oprimida pelos militares, preservava um sentimento de união e solidariedade, que após a transição para o governo civil se percebe livre e independente para autogerir suas vidas e seus negócios, mas também se vê abandonada à própria sorte sem o assistencialismo que a protegia.

Este sentimento ambíguo é acelerado com a chegada dos novos migrantes. A comunidade se fragiliza e se coloca espreitada pelos "invasores"; uma vez desconstruída, deve ser reformulada e é exatamente neste contexto que a identidade local é reelaborada. A identidade insular, é valorizada por um forte sentimento de pertencimento. Atualmente, na comunidade, a condição de ser noronhense é motivo de orgulho de sua origem e não de constrangimento ou inferioridade.

O crescimento do turismo gerou um aumento populacional, atraiu muitas pessoas "de fora" em busca de novas oportunidades e empregos, o que gerou mudanças na delimitação do espaço insular e introduziu novas formas de viver.

Os moradores mais antigos sentem-se ameaçados pelos novos migrantes e demonstram uma certa resistência em aceitar quem vem "de fora", defendendo a identidade de ilhéu, em oposição à identidade cultural dos novos moradores e os direitos por eles adquiridos.

Os novos moradores ou *haoles*, em muitos casos melhor qualificados, concorrem com os ilhéus na obtenção de trabalho e no estabelecimento de empreendimentos comerciais, gerando conflitos e disputas internas.

É perceptível uma nítida divisão social na comunidade, polarizada entre o grupo estabelecido na época dos militares, bastante integrado, e o grupo mais novo, dos *haoles*. O grupo mais antigo, marcado por experiências compartilhadas, possui um estilo de vida comum, permeado por normas disciplinares e padrões comportamentais. Os *haoles* se diferem dos antigos moradores de maneira acentuada, visível em seus hábitos e modo de vida, e especialmente, pela não participação da experiência no modo de vida anterior.

A oposição/interação entre os dois grupos produz uma cultura em processo de transformação e agregação, pela crescente interação com o continente e pelo contato constante com os turistas. Aos poucos, uma nova estrutura social é repensada e reconstruída e emerge como continuação e reordenação do tecido social insular.

A transformação do estilo de vida e dos hábitos da comunidade se apresentam como os principais impactos gerados pelo turismo. Percebe-se uma forte influência dos hábitos e comportamentos dos *haoles* e turistas sobre os moradores. Apesar da absorção de novos padrões, existe uma ambivalência gerada pelo turismo, que atua como agente de fortalecimento da identidade local, ao garantir a continuidade e a manutenção das tradições da comunidade.

Apesar da mudança da noção de insularidade, devido ao desenvolvimento da atividade turística e dos meios de comunicação, subsiste um forte núcleo de identidade insular, que tem raízes profundas nas tradições de sua comunidade.

A dicotomia do turismo aparece durante toda a pesquisa, principalmente em relação aos impactos gerados que ora, se apresentam como positivos, ora como negativos. Em tempos de modernidade e globalização, os meios de comunicação de massa, sobretudo a TV e a internet, desempenham um papel fundamental nas transformações socioculturais. Ainda assim, o turismo é considerado o maior veículo de informações e transformações na ilha, aportando novos padrões comportamentais, e afetando direta e indiretamente a comunidade local.

Entre os impactos avaliados, destaca-se o desejo de "ser turista", que aparece principalmente entre os mais jovens, demonstrando o contraste socioeconômico entre moradores e visitantes, que resulta em uma gradual exclusão social da comunidade. Esta relação desigual

acarreta uma série de conflitos para os moradores, que percebe o turista de forma ambígua, oscilando entre a aceitação e a rejeição.

Esta situação agrava-se com o aumento do número de turistas na ilha, que em férias no "paraíso", demonstram uma postura descompromissada perante a comunidade e a cultura local, acelerando o processo de transformação da estrutura social. Para os moradores mais antigos, as mazelas sociais que assolam a ilha são provocadas pela expansão do turismo. Estes efeitos também estão relacionados ao isolamento geográfico, que gera uma sobrecarga psicológica enorme para a comunidade.

Em todos os depoimentos dos moradores, percebe-se a valorização do passado, geralmente idealizado, e um sentimento saudosista em relação ao tempo em que, segundo eles, todos se conheciam e não tinha tanta gente "de fora". Em uníssono, afirmam que antigamente a comunidade era mais solidária, os moradores eram mais companheiros e unidos. Para os antigos, os que vieram "de fora" modificaram a ilha.

Seria injusto atribuir toda e qualquer modificação no espaço insular ao contato com os turistas, uma vez que a cultura é dinâmica, está em constante movimento. A vivência material e imaterial da comunidade não se perde, se transforma.

Afirmar que um determinado grupo, com características culturais semelhantes pode ser dissolvido pela penetração do turismo, seria uma posição paternalista e etnocêntrica. Segundo Silva (1997, p. 194), "as culturas de populações tradicionais não precisam ser salvas, resguardadas e ou protegidas; precisam sim ser vistas tais quais as outras tantas."

O que se percebe é que no "tempo do turismo", a ilha vive o encontro e o conflito entre várias culturas e o resultado disso ainda é imprevisível, podendo resultar na rejeição da cultura dos *haoles* e turistas pelos ilhéus, ou na fusão entre elas, gerando um hibridismo cultural.



FIGURA 15 - Pescaria
Fonte: Michele Roth



FIGURA 16 - Crianças na Cacimba do Padre
Fonte: Michele Roth



FIGURA 17 - Surfista nativo
Fonte: Michele Roth



FIGURA 18 - Por-do-sol no Porto Santo Antônio
Fonte: Michele Roth

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, José Campos. *Guardando céu nos trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.
- ARCHER, Brian, COOPER, Chris. Os Impactos Negativos e Positivos do Turismo. In: THEOBALD, W. (org.). *Turismo Global*. São Paulo: SENAC, 2002.
- ARRUDA, Rinaldo. *Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. Ambiente & Sociedade, Ano II, n. 5, p. 79-92, jul./dez. 1999.
- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. Turismo e Antropologia no Brasil: um estudo preliminar. In: BANDUCCI JUNIOR, Álvaro, BARRETO, Margarita (org.). *Turismo e identidade local: Uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001.
- BARRETO, Margarita. *O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo*. Horizontes Antropológicos, v. 9, n. 20, p.15-29, Out. 2003.
- BARRETO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloisa Turini, LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, A. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOOGART, Ernst. Morrer e viver em Fernando de Noronha 1630-1654. In: GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil Holandês*. Recife: Massangana, 2005.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis & Fundação Pró-Natureza. *Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha*. Brasília, 1990.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis & Arcadis Tetraplan S.A. *Plano de Manejo da APA Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo*. Brasília, 2005.
- BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva (Coleção Terra Brasilis; 2), 1998.

CALVENTE, Maria del Carmen M. H. Ilhabela: turismo e território. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB - USP, 1997.

CARNEIRO, Kátia Saraiva; FARIA, Dóris Santos. *Sustentabilidade ecológica do turismo*. Brasília: UNB (Coleção Gastronomia, Hotelaria e Turismo), 2001.

COOPER, Chris *et al.* *Turismo: princípios e prática*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *A exclusão e a inclusão social e o turismo*: Pasos Revista de Turismo y Patrimônio Cultural v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *Do local ao global: O turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, Francisco Augusto Pereira. *A Ilha de Fernando de Noronha. Notícia histórica geographica e economica*. Pernambuco: Typ. Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1887.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB - USP, 1997.

DOULA, Maria Sheila. *Travessias, ausências e lembranças: imaginário e memória de navegantes*. São Paulo: Rev. Imaginário. USP, 1994.

FENNEL, David A. *Ecoturismo: uma introdução*. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto (Coleção Turismo Contexto), 2002.

FURLAN, Sueli Angelo. As ilhas do litoral paulista: turismo e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB - USP, 1997.

GIOVANNINI JUNIOR., Oswaldo. “Cidade presépio em tempos de paixão”. Turismo e religião: tensão, negociação e inversão na cidade histórica de Tiradentes. In: BANDUCCI JUNIOR., Álvaro, BARRETO, Margarita (org.). *Turismo e identidade local uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.

GOODE, William J., HATT, Paul K. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

GOODEY, Brian. Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *1964: Recordações da ilha maldita*. João Pessoa: Edições FUNESC, 2002.

HUGUES, George. *Indicadores medioambientales*. Annals of Tourism Research en Español. v. 4, n. 1, p. 163-185, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Resultados da amostra do censo demográfico 2000*. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro, 2004.

IRVING, Marta de Azevedo, AZEVEDO, Julia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César (org.). Impactos Socioeconômicos Globais do Turismo. In: _____. *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Janirza Cavalcante da Rocha. *Nas águas do arquipélago de Fernando de Noronha*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

LIMA, Janirza Cavalcante da Rocha. *Travessias, lembranças e memórias em Fernando de Noronha*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. Ensaio.

LIMA, Janirza Cavalcante da Rocha. *Mumbecos e haole, afinal, quem somos, os de Noronha?* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Ensaio.

LIMA, Maria Lúcia Ferreira da Costa. Arquipélago de Fernando de Noronha: uma avaliação dos conflitos entre a demanda turística e os objetivos de conservação da natureza. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). *Turismo e Ambiente, reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. Construindo uma identidade insular em um mundo que se globaliza: o jeito manezinho de ser. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB - USP, 1997.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Cultura e Cultura Organizacional: pressupostos das ações no turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T., LIMA, Luiz Cruz (org.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: Eduece, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO, Mário Carneiro do Rego. *Archipélago de Fernando de Noronha: Geographia physica e politica*. Recife: Imprensa Industrial, 1916.

MITCHELL, Ross E., REID, Donald G. *Community Integration: Island tourism in Peru*. Annals of Tourism Research, v. 28, n. 1, p.113-139, Janeiro 2001.

MORAES, Antônio Carlos Roberts de. Localismo e isolamento: Uma reflexão sobre o turismo e as populações tradicionais. In: BARRETO, Margarita, TAMANINI (org.). *Redescobrimo a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. *Capacidade de Carga nas Cidades Históricas*. Campinas: Papirus, 2003.

PEARCE, Douglas G., BUTLER, Richard (org.). *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: Ilha de sonho e assombração*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

PENALVA, Gastão. *Fora do mundo (Scenas e paisagens da ilha de Fernando de Noronha)*. Rio de Janeiro: Imprensa Guanabara, 1922.

PERALTA, Elsa. *O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 9, n. 20, p.83-86, Out. 2003.

PIRES, Ewerton Veloso. *Impactos sócio-culturais do turismo sobre as comunidades receptoras: uma análise conceitual*. Caderno Virtual de Turismo, v. 4, n. 3, 2004.

PRADO, Rosane Manhães. *As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 9, n. 20, p.205-224, Out. 2003.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). *Turismo: espaço paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e a atividade turística. In: SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloisa Turini, LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (org.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Tradução Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SILVA, Maria José Borges Lins. *Fernando de Noronha: Lendas e fatos pitorescos*. Recife: Inojosa, 1999.

SILVA, Viviane Capezzuto F. A praia do meio: do homem da costa, do homem da terra. O homem do meio. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB - USP, 1997.

SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental*, v.1. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, Wilson (org.). *Arquipélago Fernando de Noronha: o paraíso do vulcão*. São Paulo: Terra Virgem, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: cartas de viagens e descobertas*. Tradução e introdução Luiz Renato Martins. Porto Alegre: L&MP Editores S/A, 1984.

VIEIRA FILHO, Nelson A. Quadros. *Novas reflexões sobre o velho tema dos impactos sócio-culturais do turismo à luz de um estudo antropológico em Lavras Novas, Ouro Preto (MG)*. In: Seminário da Associação Nacional de Pós-Graduação em Turismo, 2., 2005, Camboriú. Anais...Camboriú, 2005.

VIEIRA FILHO. *O turista e seu comportamento: reflexões a partir de um estudo antropológico em Lavras Novas, Ouro Preto (MG)*. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 3., 2005 Caxias do Sul. Anais ... Caxias do Sul, 2005.

VITORINO, Maria Rachel. *Introdução ao Turismo Responsável*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

WEARING, Stephen, NEIL, John. *Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades*. Tradução Carlos David Szlak. Barueri: Manole, 2001.

APÊNDICE - FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA

Nº da entrevista: _____

Data: ___/___/___

Sexo:	Masculino	
	Feminino	
Estado Civil:	Solteiro	
	Casado	
	Divorciado	
	Viúvo	
	Outro _____	
Faixa etária:	18 a 20 anos	
	21 a 30 anos	
	31 a 40 anos	
	41 a 50 anos	
	51 a 60 anos	
	Mais que 60 anos	
Naturalidade:	Estado:	
Residente em FN há quanto tempo?		
Local de moradia:		
Grau de instrução:	Superior completo	
	Superior incompleto	
	EM completo	
	EM incompleto	
	5ª a 8ª completo EF	
	5ª a 8ª incompleto EF	
	1ª a 4ª completo EF	
	1ª a 4ª incompleto EF	
	Sem estudo	
Profissão / Atividade:		
Empregador:		
Faixa de renda individual:	acima de 2000	
	de 1001 a 2000	
	de 601 a 1000	
	de 301 a 600	
	até 300	
	Nenhuma	
Qual a sua opinião sobre a atividade turística em FN?	Ótimo	
Por que?	Bom	
	Regular	
	Ruim	
	Péssimo	
Como você considera o atendimento ao turista em FN?	Ótimo	
Por que?	Bom	
	Regular	
	Ruim	
	Péssimo	

Qual a freqüência de seu contato com o turista?	Diariamente	
	Mais de 4 vezes por semana	
	3 vezes por semana	
	2 vezes por semana	
	Raramente	
Como é o seu contato com o turista que visita FN?	Muito amigável	
Por quê?	Amigável	
	Indiferente	
	Hostil	
	Muito hostil	
Existem locais em FN que não devem ser visitados pelos turistas?	Sim	
Quais e por quê?	Não	
Os benefícios gerados pelo turismo em FN superam os problemas?	Sim	
Por quê?	Não	
A ilha está melhor ou pior que há 10 anos atrás? Por quê? (Obs.: ano de 1996)		
Você acha correto o controle do n.º de turistas em FN? Por quê?		
A Administração contribui para o desenvolvimento do turismo em FN?		
O que você acha da atuação do IBAMA em FN?		
Se pudesse opinar ou mudar o turismo em FN, o que faria?		

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)